



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-graduação em Psicologia

A ATUAÇÃO CLÍNICA DE PSICÓLOGAS NEGRAS DO MUNICÍPIO  
DE NATAL: NOTAS SOBRE AQUILOMBAMENTO E CUIDADO

Marcela Andressa Costa

Natal

2024

Marcela Andressa Costa

A ATUAÇÃO CLÍNICA DE PSICÓLOGAS NEGRAS DO MUNICÍPIO  
DE NATAL: NOTAS SOBRE AQUILOMBAMENTO E CUIDADO

Dissertação elaborada sob orientação da Profa.  
Dra. Candida Maria Bezerra Dantas e  
apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Psicologia da Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte, como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal

2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Costa, Marcela Andressa.

A atuação clínica de psicólogas negras do município de Natal: notas sobre aquilombamento e cuidado / Marcela Andressa Costa. - 2024.

83f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Natal, RN, 2024.

Orientação: Profa. Dra Cândida Maria Bezerra Dantas.

1. Racismo. 2. Psicologia Clínica. 3. Mulheres. 4. Aquilombamento. 5. População Negra. I. Dantas, Cândida Maria Bezerra. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.922.4(813.2)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação “A atuação clínica de psicólogas negras do município de natal: notas sobre aquilombamento e cuidado”, elaborada por Marcela Andressa Costa, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 17 de Julho de 2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Candida Maria Bezerra Dantas \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Maria da Graça Silveira Gomes da Costa \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Rocelly Dayane Teotônio da Cunha Souza \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Quero agradecer a todas as mulheres que atravessaram o meu caminho e a Oyá que o guiou. Em especial, a minha avó Maria Sebastiana, minha referência de negritude. Que só depois de muitos anos, pelo resgate da memória, me conectei com algo que pulsa e vive em mim, que é ancestral.

Agradeço a Oyá, Eparrei, por me abençoar e soprar os bons ventos, me acalmar em meio às tempestades e estar ao meu lado nessa batalha. Ao meu companheiro de vida, Ronan Cunha, que não largou minha mão nem por um minuto, que sempre acreditou e me apoiou em todas as minhas decisões. Meu amor, obrigada por tudo. As minhas filhas, Bia e Tarsila, que sei o quanto foi difícil a minha ausência, mas que cada abraço e cada acolhida delas era mais uma dose da energia necessária para continuar. A minha mãe, que enxergava em mim algo que eu não conseguia ver e que sempre acreditou em mim, mesmo quando eu achava que não conseguiria. As minhas amigas e amigos que me ouviram, me incentivaram e também acreditaram que era possível, a cada uma e cada um de vocês o meu abraço. A minha analista, pois cada sessão foi necessária para eu suportar as angústias que surgiram durante todo esse processo. E a minha orientadora, Cândida Dantas, por todo apoio, escuta, acolhida e carinho nessa trajetória. E em especial as psicólogas que participaram das entrevistas e que construíram comigo esse trabalho. Obrigada por fazerem a psicologia potiguar.

Que esse seja mais um passo dado nesse caminho, que vem sendo construído por muitos passos que vieram de longe. As minhas e aos meus ancestrais, gratidão.

E como nos diz Sued Nunes, “Sou uma mais não sou só”

Axé!

## **Sumário**

Lista de Siglas e Abreviaturas.....	vii
Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
1. Apresentação.....	10
2. Capítulo 1: Racismo Estrutural e os impactos na subjetivação.....	15
3. Capítulo 2: Metodologia.....	43
4. Capítulo 3: Trajetórias e Resistências.....	48
4.1 A Psicologia Clínica.....	49
4.2 A clínica do aquilombamento: caminhos, práticas e resistências.....	54
5. Considerações Finais.....	77
6. Referências Bibliográficas.....	81

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

RN - Rio Grande do Norte

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## Resumo

Nesta pesquisa, parto da minha experiência enquanto mulher negra e psicóloga clínica e das inquietações que surgiram a partir deste lugar. Neste estudo, proponho investigar os desafios presentes na construção das práticas clínicas por psicólogas negras no município de Natal/RN e os caminhos possíveis para uma psicologia descolonizada e antirracista. Levo em consideração que o processo histórico da sociedade brasileira é determinado pela colonização e pelos efeitos da colonialidade que estruturam a ordem estabelecida na classificação e hierarquização social. Sendo assim, o racismo é um fenômeno dessa colonização, tornando-se estruturante dos modos de subjetivação, permeando e atravessando as relações concretas nos âmbitos da economia, direito, política e, de forma ideológica, construindo o imaginário social racista, opressor e excludente (Silvio Almeida, 2019). A produção de conhecimento também é atravessada pelos efeitos da colonialidade com a finalidade de construir um pensamento “universal”, porém pautado por uma razão eurocêntrica. A psicologia, como conhecimento científico, também é constituída nas bases do eurocentrismo, racismo e sexismo epistêmico. Esta pesquisa tem como objetivo compreender as repercussões do racismo no processo de formação e na atuação profissional de psicólogas negras no campo da clínica. Analiso as trajetórias de vida e os processos formativos das profissionais e seus efeitos na prática clínica para conhecer os desafios em nossas experiências em uma clínica historicamente colonizada e a construção de resistências coletivas no enfrentamento ao racismo. Para tanto, esta pesquisa qualitativa realizou entrevistas para apreender as narrativas de psicólogas negras que atuam na clínica. Foram entrevistadas 5 profissionais atuantes no município de Natal. Enquanto resultados, a pesquisa propõe o exercício de novas práticas clínicas no entendimento do impacto do racismo na saúde mental da população negra. Por fim, discuto como a psicologia clínica pode ser construída em uma perspectiva de quilombamento e cuidado e a importância disso para um projeto ético-político descolonizador e antirracista.

**Palavras-chave:** Racismo; Psicologia Clínica; Mulheres; Quilombamento; População Negra.

## Abstract

In this research, I start from my experience as a black woman and clinical psychologist and the concerns that emerged from this place. In this study, I propose to investigate the challenges present in the construction of clinical practices by black psychologists in the municipality of Natal/RN and the possible paths for a decolonized and anti-racist psychology. I take into account that the historical process of Brazilian society is determined by the colonization and effects of coloniality that structure the order established in the classification and social hierarchy. Thus, racism is a phenomenon of this colonization, becoming structuring of the modes of subjectivation, permeating and crossing concrete relations in the areas of economics, law, politics and, ideologically, building the racist, oppressive and exclusionary social imagination (Silvio Almeida, 2019). Knowledge production is also crossed by the effects of coloniality for the purpose of building “universal” thinking, but based on a eurocentric reason. Psychology, as scientific knowledge, is also constituted in the foundations of eurocentrism, racism and epistemic sexism. This research aims to understand the repercussions of racism in the process of formation and professional performance of black psychologists in the field of the clinic. I analyze the life trajectories and formative processes of professionals and their effects on clinical practice to know the challenges in our experiences in a historically colonized clinic and the construction of collective resistance in facing racism. To do so, this qualitative research conducted interviews to grasp the narratives of black psychologists working at the clinic. 5 professionals that work in the municipality of Natal were interviewed. As results, research proposes the exercise of new clinical practices in understanding the impact of racism on the mental health of the black population. Finally, I discuss how clinical psychology can be built from a perspective of joining into quilombos groups and processes of caring and the importance of this for an ethical-political project decolonizing and anti-racist.

**Keywords:** Racism; Clinical Psychology; Women; Joining into quilombos groups; Black Population.

## 1. Apresentação

É a partir da minha experiência pessoal e profissional que me localizo nesta pesquisa. Sou uma mulher negra, psicóloga, mãe, nordestina do estado do Rio Grande do Norte e minha atuação profissional na psicologia é no campo da clínica. Demorei para me situar neste campo de atuação e ciência, pois me enxergar neste lugar era impossível. Ao me situar nos campos de conhecimento dos estudos feministas decoloniais, outras possibilidades foram surgindo. Me localizar não só no corpo marcado, mas também em que posição estou na psicologia como ciência, me tira desse lugar subalterno no qual a estrutura me colocava e eu permanecia. Na clínica de psicologia, percebi como as mulheres negras têm chegado a esse espaço, cada uma com sua vivência particular, tendo em comum os atravessamentos de raça, gênero, sexualidade e classe.

Proponho aqui uma escrita corporificada, pois enquanto mulher negra e psicóloga, compartilho e identifico experiências e práticas de resistências de outras mulheres negras dentro da estrutura na qual nos localizamos. Entre isso que nos é comum e a singularização de cada uma enquanto sujeita de uma história própria, individual, mas que se encontra neste coletivo e se fortalece em sua subjetividade.

Aposto no movimento de uma atuação a partir da perspectiva sobre aquilombamento (Kwame Santos, 2021). Trago comigo leituras e reflexões a partir de obras importantíssimas de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins, Audre Lorde e bell hooks e suas reflexões sobre raça e gênero. Discuto também as categorias de racismo, sexismo e colonialidade, o processo de construção da sociedade brasileira, fazendo reflexões sobre os efeitos e impactos da racialização nos processos de subjetivação e na vida concreta das pessoas não brancas.

A partir da análise da construção histórica da sociedade brasileira pelos processos de colonização, vemos os efeitos da colonialidade na estruturação das relações sociais e dos modos de subjetivação. Bruno Gonçalves (2016) nos mostra que, mesmo após a superação do colonialismo, é por meio da colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), que o novo padrão mundial de sociedade se estabelece e permanece vigente até os dias de hoje. É através da articulação de eixos fundamentais como: o racismo, o controle do trabalho, a dominação de gênero, a colonização da natureza e o pensamento eurocêntrico que a lógica de dominação e exploração se impõe como algo natural e necessária para a continuidade de uma modernização do mundo.

Por outro lado, a modernidade é a perpetuação do padrão colonial europeu e junto à colonização de territórios geográficos e existenciais mantém a hegemonia da classe dominante, os colonizadores. A complexidade deste padrão de poder está nas ferramentas e aparelhos ideológicos que constroem narrativas discursivas sobre a inferiorização de pessoas, culturas e saberes existentes, a partir do que diferem do padrão de referência - o branco, europeu, rico e heterossexual. Tudo e qualquer coisa que esteja à margem ou venha subverter essa ordem, entra na classificação dos inferiores, não civilizados e não humanos.

A psicologia enquanto ciência e profissão foi forjada nas epistemes hegemônicas - eurocêntricas e estadunidenses - e isso tem efeitos na produção de conhecimentos, estudos e pesquisas, assim como na atuação de profissionais no Brasil. É necessário pensar nos processos de descolonização do pensamento na psicologia e como categorias políticas, temos duas. A primeira é o *aquilombamento*, que Kwame Santos (2021) traz a partir de um processo de descolonização e de um existir pela diferença e semelhanças, em um lugar de reorientação teórica e também como um processo de melanização, “no qual a identificação pode ser um intensificador da existência por meio da compreensão que a diferença absoluta nos une, pois é nossa capacidade de diferenciação que nos é comum” (p.128). Relacionando com a ideia de

Beatriz Nascimento (2021) de quilombo, enquanto espaço de afeto, cuidado, potência e resistência do povo negro, esse lugar desponta como território de existência, o espaço onde estamos e ocupamos. E a segunda categoria é a de *cuidado* que, na experiência das mulheres negras, é usado como instrumento de colonização, sendo imposto a elas o dever de promover o bem-estar e o cuidado da família e das crianças brancas (Rachel Passos, 2023). Para esse modo de exercer o cuidado que as mulheres negras são obrigadas a adotar desde a escravização, a autora nomeia de *cuidado colonial* nos mostrando como o processo de descolonização também passa pela descolonização do cuidado. Essas categorias serão discutidas mais adiante no texto e contribuem para pensar o campo das práticas clínicas em psicologia e sua importância para o processo de descolonização do pensamento e dos cuidados em saúde mental.

Essa pesquisa parte da necessidade de compreender como o racismo que estrutura a sociedade e as relações, que impacta nos modos de vida da população negra e que é campo de estudo e pesquisa da psicologia, é vivenciado no cotidiano das psicólogas negras de Natal/RN. Diante disso surgem as questões: o espaço da clínica de psicologia pode se tornar um espaço de quilombamento e cuidado para a população negra? Quais caminhos existentes para a construção de uma psicologia descolonizada e antirracista?

Tendo essas questões como ponto de partida, o objetivo geral é compreender as repercussões do racismo no processo de formação e na atuação profissional de psicólogas negras no campo da clínica. E como objetivos específicos, analisar as trajetórias de vida e os processos formativos das profissionais e seus efeitos na prática da psicologia clínica; compreender quais são os desafios na experiência dessas mulheres negras em uma clínica historicamente colonizada e conhecer as resistências ao racismo forjadas por psicólogas negras atuantes no campo da clínica.

Com relação ao meu percurso metodológico, realizei entrevistas com outras psicólogas negras que atuam na clínica na cidade de Natal/RN e é a partir da narrativa de nós, mulheres negras e psicólogas, que ponho luz no debate da possibilidade da clínica de psicologia ser um espaço de quilombamento e cuidado para a população negra, sendo construída a partir de um projeto ético-político que tem como base em uma psicologia descolonizada e antirracista.

Esta dissertação é estruturada em três capítulos, sendo o primeiro capítulo teórico, o segundo metodológico e o terceiro de análise das narrativas. O primeiro capítulo discute sobre racismo estrutural e a construção da sociedade brasileira, fazendo reflexões sobre os efeitos e impactos desse processo de racialização nos processos de subjetivação e na vida concreta das pessoas não brancas. Neste capítulo também é discutido sobre como a psicologia, enquanto ciência e profissão, foi forjada nas epistemes hegemônicas - eurocêtricas e estadunidenses - e os efeitos disso na sociedade brasileira.

No segundo capítulo, é apresentado o desenho metodológico da pesquisa e os caminhos escolhidos para realização das entrevistas e das análises das narrativas. No terceiro e último, trago as categorias políticas de quilombamento e cuidado e suas contribuições para pensar o campo das práticas clínicas em psicologia e a importância para o processo de descolonização do pensamento e dos cuidados em saúde mental. É neste capítulo também que é realizada a discussão das entrevistas, assim como suas análises.

Nunca é fácil escrever, construir narrativas e argumentos. Demorei muito a entender o que acontecia com o ato de escrever, eu associava a escrita ao parto, parir ideias. E é isso, o ato e a ação de escrever é pôr para fora, é colocar-me na escrita, é encarnar o conhecimento.

Sigo com o pensamento de Gloria Anzaldúa, pois acredito no poder da escrita em nossa língua.

O perigo, ao escrever, é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que

nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros (2000, p. 233).

A escrita traz neste trabalho um significado de potência e de abertura de caminhos. É a inscrição de um corpo negro no campo do saber e na produção do conhecimento. Esse conhecimento carregado de dores, vivências, mas também de muita ancestralidade. De passos que vieram de longe e me antecederam, de caminhos construídos para que eu pudesse pisar e estar aqui, produzindo saber, fissurando a estrutura hegemônica da ciência eurocentrada, trazendo para o centro o que foi colocado à margem. É vir a ser.

## 2. Capítulo 1: Racismo Estrutural e os Impactos na Subjetivação

Início este estudo discutindo os impactos do racismo nos processos de subjetivação. Ao pensar o meu campo de atuação e de estudos na psicologia, esse foi o ponto propulsor. Os estudos da psicologia e as relações raciais, a saúde mental da população negra e os impactos psicossociais do racismo na sociedade, trazem em suas discussões o racismo estrutural, que diz de como o racismo é parte orgânica da ordem social e do modo de funcionamento da sociedade (indivíduos e instituições), constituindo os modos de pensar, agir e ver as relações sociais a partir de hierarquizações, produzindo exclusões e privilégios a grupos sociais (Silvio Almeida, 2019) e o impacto disso na vida de pessoas negras.

Não é de hoje que se tem produções de conhecimentos sobre o impacto do racismo nos processos de subjetivação e na saúde da população negra. Apresento aqui alguns desses livros, autoras e materiais: *Tornar-se Negro* (Neusa Souza, 2021); *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (Lélia Gonzalez, 2020); *Relações Raciais: Referências técnicas para a atuação de psicólogos* (Conselho Federal de Psicologia, 2017); *Memórias de uma plantação: episódios de racismo cotidiano* (Grada Kilomba, 2019); *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (Iray Carone & Maria Aparecida Bento, orgs, 2021); *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (Sueli Carneiro, 2011); *Racismo, subjetividade e saúde mental: Pioneirismo Negro* (Emiliano David et.al., 2021); *Psicologia brasileira na luta antirracista, volume 1 e 2* (Conselho Federal de Psicologia, 2022); *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão* (Rachel Passos, 2023). Esses estudos são fundamentais para se repensar a psicologia como ciência e profissão. Mas algo ressoava em mim ao pensar a saúde mental da população negra, como se fosse dual este lugar de pesquisadora e de negra. Não é dual, são lugares que ocupo e encarno cotidianamente. E ocupar esse corpo não é fácil. Quanto mais se estuda sobre as questões

raciais no Brasil mas me dói, essa *ferida colonial*, como nos diz Grada Kilomba (2019). Entretanto, reconhecer essa dor e se tornar consciente, é imprescindível para que se construa caminhos de enfrentamento. É o *tornar-se*, como nos mostra a grande Neusa Souza (2021), que vai nos tirando das amarras do auto-ódio, de uma individualização e culpabilização provocada pela crueldade que é do outro, do racista. É buscar caminhos de cuidado que se dão no coletivo e no particular simultaneamente.

É partindo desse lugar que parto para compor este trabalho através das narrativas de outras mulheres negras, para pensarmos juntas caminhos possíveis de cura, de cuidado e de enfrentamento ao racismo estrutural e cotidiano, dos traumas coloniais que nos dilaceram. Se estamos na psicologia e atuando na clínica, é possível que esta possa ser um caminho para os processos de descolonização? Eu acredito que sim, a clínica pode ser um dos caminhos e encontrei em minha caminhada outras mulheres que também acreditam e é com elas que sigo e me aquilombo, acreditando que outra psicologia é possível. Uma psicologia descolonizada e antirracista.

Quando discutimos sobre o racismo no Brasil é fundamental fazer um resgate histórico da construção social do nosso país analisando-a de maneira estrutural e interseccional. A sociedade brasileira foi forjada nos processos de colonização, hierarquizada e segmentada entre brancos e não brancos. Nesses processos, houve a invasão e a exploração do nosso território pelos europeus, a violência e o extermínio dos povos originários e a escravização dos povos africanos trazidos para este território. Durante todo o período de escravidão no Brasil, criaram-se mecanismos e leis para que a população negra permanecesse estratificada socialmente, assim como para extinguir de terras brasileiras qualquer vestígio dessa população, construindo estratégias de embranquecimento. Embora falho, vemos que o projeto racista de sociedade permanece em curso, violentando e matando pessoas negras todos os dias.

No Brasil, o racismo é um fenômeno estruturador dos modos de vida, sendo um articulador central de outras categorias de opressão como gênero, sexualidade e classe. Desta forma, o racismo se torna uma ferramenta ideológica de dominação e esse discurso constrói um imaginário social racista, opressor e excludente, impactando nos processos de subjetivação (Silvio Almeida, 2019). O racismo produziu a raça e as teorias construídas pelo colonizador para legitimar sua violência. A complexidade do racismo está no processo psíquico e na sua materialização e institucionalização que tentam a todo modo o disfarce ou encobrimento da intencionalidade de categorização e hierarquização social a partir dos processos de racialidade dos povos. Pensar sobre o racismo é olhar para as relações raciais que se estruturam e reforçam os discursos e narrativas disseminados na sociedade. Não existe racismo sem o racista, a negritude sem a branquitude, a categorização racial do mundo se dá a partir do racismo colonial e eurocêntrico, que com seus tentáculos forjaram o sistema-mundo moderno e capitalista, como também, tudo aquilo que se denomina como “ganhos” civilizatórios e evolutivos desse processo.

Discutir sobre o racismo estrutural, portanto, é repensar toda a nossa sociedade e o sistema que a engendra admitindo a sua complexidade, assim como a impossibilidade de se pensar em uma sociedade sem racismo, sendo ela capitalista. Ou seja, neste modelo de sociedade capitalista que vivemos é impossível superar o racismo. Pois o racismo

não se trata apenas de um ato discriminatório ou mesmo um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Silvio Almeida, 2019, p.34).

Por vezes, quando falamos sobre racismo é inevitável que imediatamente pensemos nas violências diretas cometidas no cotidiano, pessoas negras sofrem e morrem todos os dias pela materialização do racismo que se dá por meio de atos discriminatórios e violentos exercido por pessoas racistas, mas como foi dito acima, o racismo é sistêmico e estrutural, se

reproduzindo também de forma “indireta” e de diversas formas. A divisão racial do espaço e do trabalho é uma delas. É só pensarmos na distribuição de equipamentos públicos de educação, saúde, lazer, no saneamento básico, nas estruturas físicas dos bairros e no acesso à mobilidade da cidade. Como se dá essa divisão? Tenho certeza que você pensou em bairros periféricos, afastados dos grandes centros da cidade. E quem mora nesses lugares? O fato de pessoas negras e pretas morarem majoritariamente em bairros periféricos também é um efeito do racismo. Pois “o racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas” (Silvio Almeida, 2019 p.34). Isso nos mostra que apesar de leis e políticas públicas de combate ao racismo existentes no Brasil, somos uma país racista.

Não podemos perder de vista que há uma recusa do país em discutir o legado da escravidão. Do passado escravocrata, só há ônus para o povo negro, mantendo a população não negra (branca) omissa e isenta de qualquer responsabilidade, desfrutando de privilégios simbólicos e materiais, do fortalecimento dos laços da branquitude e do monopólio dos lugares sociais de poder (Maria Silva, 2017, p.80).

O racismo no Brasil é cotidiano. É só fazermos um exercício sobre as nossas experiências. Nas suas relações afetivas, profissionais, acadêmicas, onde estão as pessoas negras? No seu imaginário social, o que foi aprendido e como é visto ou representado as pessoas negras? Os processos de subjetivação se dão na relação entre o objetivo e o subjetivo, ou seja, das nossas percepções da realidade concreta e os significados atribuídos a essas representações e a esses significados também são produzidos na realidade social. A ideologia racista produz subjetividades. O mito da democracia racial, que nos “ensina” que todos somos iguais, que as oportunidades existem e que cada um chega por seus méritos, é uma falácia racista que construiu o imaginário social, reforçando a ideia de uma relação direta entre pobreza e negritude. As condições reais e concretas, impostas e reproduzidas pelo sistema racista e capitalista, limitam o acesso à vida da população negra.

Michel Foucault demonstrou que o direito de fazer viver e deixar morrer é uma das dimensões do poder de soberania dos Estados modernos e que esse direito de vida e de morte “só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte”. É esse

poder que permite à sociedade livrar-se de seus seres indesejáveis. Essa estratégia Michel Foucault nomeou de biopoder, que permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver. E o racismo seria, de acordo com Foucault, um elemento essencial para fazer essa escolha. É essa política de extermínio que cada vez mais se instala no Brasil, pelo Estado, com a conivência de grande parte da sociedade (Sueli Carneiro, 2011, p.134).

Partindo do pressuposto que a racialização é um movimento priorizado no processo da colonização europeia, entendemos como a ideologia racial se constituiu a partir do racismo e como a violência e a dominação empregada nesse movimento de desumanização das populações negra e indígena se articula com outras categorias de opressão e dominação como: gênero, classe e sexualidade, para que o projeto de globalização desse sistema-mundo colonial/patriarcal/capitalista/moderno mantenha seu *status quo*.

E é nesse processo histórico de organização eurocentrada e ocidental que esse sistema-mundo espalha seus tentáculos pelas colunas do poder, saber e de gênero, que sustentam e mantêm a estrutura social tal qual a conhecemos. Compreender esses processos é indispensável para entendermos como essa lógica colonial-capitalista controla e estrutura as relações de poder e dominação, bem como as práticas de resistência dos grupos subalternizados. Ter a compreensão desses processos colonizadores nas dimensões da macro e da micropolítica é fundamental para pensarmos as realidades, essas que vão se configurando de formas distintas a partir do lugar ocupado nessa grande, violenta e opressora pirâmide social.

O racismo é sobre poder e dominação. Quando falamos que nesse modelo atual de sociedade que vivemos é impossível não ter racismo é porque as relações de poder existentes perpetuam um modo colonial de exploração, exclusão e morte da população negra. E, quando colocamos a categoria de gênero em análise, vemos que o sistema colonial moderno também constrói e organiza essa categoria a partir do pensamento universal moderno. A opressão de gênero se intersecciona com a raça e a sexualidade, tendo o seu processo construído no

pensamento capitalista colonial moderno. O padrão de ser humano é instituído, como dito anteriormente, baseado nas figuras do homem, branco, europeu, rico e heterossexual. A hierarquização do gênero também está atrelado nos processos da colonialidade e as mulheres não consideradas como humano são objetos de colonização, exploração e opressão.

Maria Lugones nos mostra que o processo da colonialidade do gênero é perpassada na opressão capitalista e racializada do gênero. “O sistema de gênero é não só hierárquico mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (2014, p.942).

Compreendo a partir dessa afirmação que por mais que a opressão em relação às mulheres dentro do modelo patriarcal de sociedade, observar e analisar essa opressão a partir da dicotomia homem e mulher esvaziando o debate sobre os processos de colonização é reproduzir o modelo de uma universalidade do ser que apaga e invisibiliza mulheres racializadas e que olhando pelas lentes da interseccionalidade, nos permite analisar com criticidade as intersecções das opressões produzidas pelo sistema moderno/colonial e a estruturação e entrelaçamento dessas opressões como raça, gênero, classe e sexualidade (Carla Akotirene, 2018). Uma vez que a divisão mais cruel da sociedade é baseada no racismo que institui humanidade a uns e a nega a outros. Sabemos que as mulheres, e aqui vou me ater a experiência brasileira, não brancas (negras e indígenas) têm sua experiência de vida marcada cotidianamente pelos efeitos da colonialidade do gênero que as coloca em um lugar de não mulher. Pois, como nos alerta Maria Lugones:

Mulher colonizada é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, “não”. Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial (2014, p.939).

A experiência da mulher negra não é centrada apenas na raça e a interseccionalidade é imprescindível na compreensão dos estudos sobre colonialidade. Diante disso, vemos como o processo de descolonização do pensamento, do ser e do gênero é fundamental para que possamos caminhar em direção da construção de uma sociedade antirracista.

A produção de conhecimento também é atravessada pelos efeitos da colonialidade com a finalidade de construir um pensamento “universal”, porém pautado por uma razão eurocêntrica. É a partir de uma epistemologia eurocêntrica que se produz formas e modos de pensar e fazer ciência a partir de um padrão, o europeu.

A colonialidade se expressa na constituição de uma epistemologia ocidental hegemônica fundada culturalmente no mundo moderno cristão e politicamente no contexto do capitalismo colonial, e funciona inviabilizando e desconsiderando saberes construídos a partir de outros esquemas de pensamento, estabelecendo-se enquanto saber universal, neutro e atemporal ( Maria da Graça Costa, 2023, p.51).

A implicação disso é o apagamento de saberes e conhecimentos dos povos originários e afrodescendentes, numa tentativa de nomear esses saberes ancestrais como antigos, arcaicos e que, portanto, não se configuram como ciência. É nesse processo, de um racismo epistêmico que a dominação ultrapassa o controle dos corpos e do trabalho e atinge a dimensão subjetiva e intersubjetiva desses povos, em um processo de dominação do ser. A psicologia enquanto ciência, também é forjada nessa estrutura de um racismo epistêmico. As epistemologias hegemônicas nos estudos da psicologia vêm dentro desse padrão eurocêntrico, colonial e patriarcal; com uma visão universal de mundo, de sujeito e das relações subjetivas perpetuando o imaginário colonial. Um reflexo disso é a invisibilidade de teóricas negras e teóricos negros que não são colocados nos cânones e nem na história da psicologia no Brasil e no exterior.

Não tem como negar que o projeto colonial e, por conseguinte, a instalação do capitalismo como sistema de organização que pauta as dimensões existentes é um projeto bem

sucedido (Ramón Grosfoguel, 2016). Porém, o processo de colonização não se deu de forma estável e a matriz colonial organizativa das vidas e das relações sociais é permeada de contradições e críticas que se dão no seu interior. A partir das relações entre os povos subalternizados, a constituição de um pensamento contra-hegemônico se estabelece, surgindo assim práticas de resistência e criação de novos modos de existência e sobrevivência neste sistema-mundo colonial/moderno/capitalista/patriarcal. Desde o seu início, a colonização se desenvolveu por meio da guerra. Os povos originários e africanos sempre resistiram e subverteram a ordem colonial, na tentativa de uma existência ancestral aos que ainda estavam por vir, e esse projeto contra-hegemônico e descolonizador também teve sucesso e a prova disso é estarmos aqui, produzindo conhecimento, saberes e subvertendo a ordem colonizadora existente.

Produzir saberes, conhecimento e resgate da história é produzir vida e potência. É construir outras subjetividades que possam romper e subverter a lógica construída e os modos de subjetivação produzidos pelo racismo que forja as relações sociais e a estruturação deste sistema-mundo. Quando falamos em subjetividades, estamos falando do modo de pensar, agir, sentir, ver e perceber a si mesmo e o mundo. São as formas de relações e o que isso produz de maneira singular e coletiva nas pessoas (Lucas Veiga, 2015). O racismo produz subjetividades, das pessoas negras e também das pessoas brancas. Ninguém está imune aos processos de racialização, sendo os impactos disso negativos ou positivos.

A história nos permite ainda afirmar que o processo de escravização possibilitou a construção de representações sociais negativas de negros e, em contrapartida, positiva de brancos, expressas hoje na polarização branco/negro e que permeiam o imaginário pessoal e coletivo, manifestando-se nas relações e materializadas nos estereótipos e atos de discriminação, com efeitos diretos no processo de constituição dos sujeitos brancos e negros (Maria Silva, 2017, p.80).

Lélia Gonzalez (2020) no livro *Racismo e sexismo na cultura brasileira* denuncia como os processos históricos de dominação e de objetificação dos corpos negros constroem a

representação da mulher negra, de forma que os processos de cristalizações de identidades como mulata, doméstica, mucama são produtores de sofrimento e adoecimento psíquico. Ela também nos mostra como o racismo e o sexismo se articulam na sociedade brasileira em um modo de engendramento das opressões de mulheres negras. A intersecção das opressões criam lugares sociais para os grupos subalternizados, que a todo tempo são amarrados na estrutura racista, sexista e classista; mantendo a ordem colonial e capitalista que enraízam-se na realidade material e concreta (política, economia, direito) e nos processos intersubjetivos (imaginário social, discursos e narrativas). Lélia vai além e nos convoca a olhar onde estamos localizadas, de onde parte o nosso lugar nesta sociedade e, assim, a nossa percepção sobre o mundo, de si mesmo e do outro. Pois isso, determinará a nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo (2020, p.76).

Em outro ensaio, *A mulher negra no Brasil*, Lélia nos mostra como a “discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido pela sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão” (2020, p.160). Com isso, se analisarmos os privilégios de classe em nossa sociedade, a mulher negra tem em sua existência caminhos que se entrecruzam nas vias da raça, gênero e classe. É a partir da análise interseccional dos processos de subjetivação que vemos como a ordem social construída pela colonização e os processos de colonialidade produzem modos de vidas plurais e distintos para as mulheres negras. Modos de vidas esses que as colocam à margem da sociedade em processos de invisibilização, violência e opressão. Lélia rasga o véu social e escancara a hipocrisia de uma sociedade racista, sexista e capitalista. E esse debate me faz resgatar a grande Sojourner Truth em seu discurso intitulado “*E eu não sou uma mulher?*” de 1851, que fala sobre sua experiência em ser uma mulher negra e que vivencia notadamente uma diferença duplamente marcada pelo racismo e sexismo em relação às mulheres brancas.

Partindo das discussões de Lélia Gonzalez, as intersecções de raça e gênero produzem

efeitos distintos para as mulheres negras. Dentro da estrutura colonial, eurocêntrica e capitalista, o ser mulher tem no imaginário social o padrão, ou melhor dizendo, a figura da mulher branca, frágil, delicada e feminina. Ideia essa reforçada por discursos universalistas e sexistas sobre o que é ser uma mulher: “A universalização do ser mulher destinou atribuições, papéis e promoveu a naturalização da essencialização de determinadas características como parte dessa identidade social” (Rachel Passos, 2023, p.34). Ao pensar o ser mulher e sua articulação com a categoria de raça, vemos a mulher negra ocupar um não-lugar. Desde o processo de escravização, onde pessoas negras eram desumanizadas até os tempos atuais que tem os efeitos da colonialidade, as pessoas negras seguem sendo submetidas aos processos de desumanização.

Apesar da diferenciação hierárquica entre homens e mulheres, estruturada pelas diferenças de sexo e assentadas no patriarcado, na misoginia e no machismo, o que gerou a secundarização da experiência das mulheres, chamamos a atenção de que essa identidade não é reconhecida para as colonizadas, aquelas não brancas (Rachel Passos, 2023, p.34).

Mas todo esse processo é permeado de contradições. Ao mesmo tempo que a mulher negra socialmente ocupa esse lugar do não-ser-mulher, ela é cobrada que sejam seguidos comportamentos, formas e padrões que têm como referências modelos baseados na ideia colonial e eurocêntrica de sociedade (Rachel Passos, 2023). Referência essa que é inatingível e que apaga as diferenças e a pluralidade do ser-mulher, buscando a todo tempo sucumbir os movimentos de resistências e rompimentos com essa lógica colonial, eurocêntrica e patriarcal. Todo esse processo coloca as mulheres negras na mira da violência, do sofrimento e do adoecimento.

[...] o projeto estabelecido para as não brancas é a destruição e a negação da maternidade, do ser mulher e da humanidade, o que faz parte das estratégias de produção e reprodução do sofrimento e da violência pertencentes as manifestações do patriarcado e do racismo componentes estruturais e estruturantes do capitalismo (Rachel Passos, 2023, p.35).

E para nós mulheres negras, a indagação de Sojourner Truth ainda permanece viva dentro de cada uma de nós: “*E eu não sou uma mulher?*” Nesta indagação, Sojourner desconstrói todo o discurso patriarcal e racista que insistia em naturalizar “uma fragilidade feminina”. Para além de pôr a prova a hierarquização de homens e mulheres, ela ainda joga na cara de todos o racismo que imbricado com o sexismo, perpetua o apagamento e a negação da existência da mulher negra, que nos coloca em lugar de apenas corpo e força de trabalho, sem o reconhecimento de nossa humanidade.

Esse debate nos faz pensar na experiência das mulheres negras em uma sociedade racista e o impacto direto em sua saúde mental. É fundamental que o debate sobre a saúde mental da população negra rompa com a patologização da negritude, da pobreza e com a lógica manicomial e da individualização do sofrimento, levando em consideração os processos singulares em um coletivo social racista.

Rachel Passos (2023), no livro “*Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*”, traz o debate sobre os traumas e sofrimentos de mulheres negras que perderam seus filhos por causa da violência letal e racista do Estado. Ela discute as experiências do ser mulher negra e os processos de subjetivação a partir dos atravessamentos do racismo. Como as mulheres negras são representadas na sociedade e os processos de relação com o cuidado de si e os efeitos da colonialidade sobre esse cotidiano. A autora vai além e demonstra como a luta por uma saúde mental antimanicomial está imbricada na construção de políticas públicas e em um projeto de sociedade antirracista e anticapitalista. “É fundamental problematizarmos o quanto a medicina, em destaque a psiquiatria, foi e tem sido parte da perpetuação da patologização das existências como forma de justificar as subalternizações e a criminalização das diferenças” (Rachel Passos, 2023, p.31).

Ser negra no Brasil é doloroso e traumático. “A distorção das diferenças rebate diretamente na imagem que o indivíduo constrói de si” (Rachel Passos, 2023, p.31). Estamos

o tempo todo em processo de construção e de identificação de si mesmo, fugindo do espelho branco. O resgate histórico e ancestral é um dos fatores principais para se construir estratégias de enfrentamento ao racismo. É perguntar todo dia e até mesmo blindar-se de uma estrutura que não tem como fugir uma vez que todo indivíduo faz parte desta sociedade. “Dialeticamente não é possível desvincular as expressões do racismo sem compreender a conexão e seus efeitos subjetivos e materiais” (Rachel Passos, 2023, p.29). Para as mulheres negras que são mães, existe outra dimensão de sofrimento, que é a de proteger a si mesmo e aos seus. Olhar as estatísticas de violência contra a juventude negra é estar em estado de alerta constante, a cada passo que seu filho ou filha está longe de sua proteção. Como buscar formas de cuidado de si em uma lógica social de exploração e de políticas públicas que não são pensadas e nem executadas para a população negra, nem para combater os efeitos psicossociais do racismo?

Para a população negra resta o lugar de servidão, de inadaptabilidade, do não pertencimento, da negação de sua subjetividade. Frantz Fanon (2008), em *“Pele negra, máscaras brancas”*, nos mostra como a experiência vivenciada pela pessoa negra em uma sociedade racista é uma busca constante pela afirmação de si diante do outro.

Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de “ser-para-o-outro”, de que fala Hegel, mas qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada (p.103).

Nesse processo de conflito com a ordem racista estabelecida que nega a todo tempo a existência das pessoas negras, a humanidade existe e resiste. Os processos de subjetivação ocorrem a todo tempo, seja internalizando uma busca falha e alienante do lugar do branco (no sentido de pertencimento, privilégios e reconhecimento da humanidade), seja na luta diária para quebrar esse espelho e constituir-se na sua diferença, emergindo dela o sujeito. Não há caminhos fáceis.

O trauma do racismo tem memória na nossa história, desde o sequestro de nossos ancestrais do continente africano, dos mais de 300 anos de escravidão no território brasileiro até os tempos atuais, em que a violência racista se reencena e reatualiza a cada momento.

Não se trata do trauma do objeto do desejo para sempre perdido e nem do trauma de uma experiência vivida somente nos tempos da escravização, mas do processo de racialização reatualizado continuamente pela interiorização da epidermização – em uma forma de subjetivação que se dá pelo binarismo negro/branco, em que o branco é forjado como sujeito universal (Ludmilla Lima, Fátima Lima & Luiza Oliveira, 2022, p.62).

Ludmilla Lima, Fátima Lima e Luiza Oliveira (2022), no texto “*Mulheres negras, subjetivação e trauma colonial: bem viver e futuridade*”, trazem narrativas de mulheres que contam sobre suas vivências enquanto mulheres negras, falando sobre seus traumas e a construção de novos caminhos. Em um dos trechos das falas dessas mulheres, uma delas narra sobre ser um alvo constante.

Na minha infância e adolescência, foram as fases que mais sofri com o racismo. Percebo que ainda sofro consequências disso, ainda que em pequenas doses. [...] Por estudar em escola particular, fazia parte da minoria negra em sala de aula - mesmo sendo na baixada, tornando-me alvo fácil dos professores (BRANCOS) (p.72).

As autoras trazem a reflexão de como as facetas do racismo no processo de subjetivação produzem a sensação de insegurança e temos por sentir-se o alvo da destruição ou a aquilo que se quer aniquilar, “afinal um alvo é algo que se coloca e se projeta sobre alguém ou algo que se deseja aniquilar” (Ludmilla, Fátima Lima & Luiza Oliveira, 2022, p.72). Sentir-se alvo é como estar na mira a todo tempo. É como brilhantemente Rachel Passos (2023) usa a metáfora do fuzil para o racismo e que, às vezes, se materializa na violência policial contra os corpos negros. É estar a todo momento aguardando um tiro certo, esse que queima a alma, que tem como único objetivo nos destruir. É ser a “pele alvo<sup>1</sup>”.

---

<sup>1</sup> Trecho da música Ismália do álbum Amarelo do Emicida. Composição: Vinicius Leonard Moreira / Renan Samam / Emicida.

Entre o limiar do não ser e a potência de sua própria existência existem encontros na vida, coletividade e aquilombamento, que trazem fortalecimento e ferramentas de enfrentamento das violências, assim como de subverter a lógica racista na qual estamos imersos. Ser uma mulher negra no Brasil é uma luta diária. O trauma do racismo caminha conosco. E, para superar a dor dessa ferida e o sangramento dela, buscamos nas sabedorias ancestrais, nas encruzilhadas da vida, nas tecnologias coletivas dos aquilombamentos contemporâneos, os curativos para curar e para seguir com as nossas marcas que nos diferem em sociedade mas também nos aproximam das nossas e dos nossos.

Apostamos na superação do racismo, mas não podemos antecipar seu fim no sistema capitalista que o legitima na ordem do capital. Portanto, é mister salientar que não existe sofrimento mental, em se tratando de população negra, sem relação concreta e de fato com as precariedades da vida em que ela encontra-se hierárquica e subalternizada (Marco Duarte, 2021, p.29).

O sofrimento e o adoecimento produzidos pelo racismo são políticos. São efeitos de uma construção de sociedade forjada na escravidão e de sua atualização pela colonialidade. Os processos subjetivos e objetivos nas relações sociais e institucionais se articulam e engendram todo o sistema Estado-Capital que conhecemos. Nas dimensões da política, economia, direito e ideologia, esse racismo estrutural e sistêmico, vai entrelaçando as pessoas e hierarquizando as vidas, em um diagrama de poder onde as pessoas que se diferem do padrão violento, discriminatório e excludente criado pela branquitude, são lançadas à margem social e expostas a todo tipo de violência que o sistema produz. Sistema esse que é composto por racistas, sexistas e capitalistas e estão dispostos a tudo para manter seus privilégios, valores e poder.

Não é um capítulo fácil de escrever, assim como pensar nas minhas experiências antes e depois de tornar-se negra na cidade de Natal/RN. Pode até soar estranho esse antes e depois. Mas mesmo tendo desde sempre a percepção de que sou uma pessoa negra, o tornar-se negra traz uma consciência e uma localização do que se é, um tornar a ser. Olhar para a minha

trajetória e, especialmente, para o momento em que a psicologia me atravessa e faz parte de quem sou vai mostrando a complexidade estrutural do racismo em nosso cotidiano. A psicologia como ciência, formação e profissão, é estruturada nos padrões científicos e, portanto, eurocêntricos, racistas, patriarcais e elitistas. Já mencionei anteriormente o projeto de epistemicídio nos campos de saberes e conhecimentos e que a psicologia faz parte dessa estrutura. Mas como ser uma pessoa negra e estar na construção da psicologia? É fundamental pensarmos na construção de uma outra psicologia a partir da realidade brasileira que subverta e rompa com as ideias racistas, higienistas e eurocênicas nos campos da saúde mental assim como na psicologia brasileira como um todo.

A necessidade de refletir e apreender a realidade brasileira é imprescindível. Sueli Carneiro (2011), no livro *“Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil”*, nos convida a refletir criticamente sobre essa realidade. Como o racismo tem uma centralidade na produção de subjetividades e articula com todas as outras categorias de opressão, produzindo modos de ser e estar no mundo enquanto uma pessoa negra. Para a filósofa, a perversidade do racismo no Brasil se dá através de três conceitos, são eles: contrato racial, biopoder e epistemicídio. É através do contrato racial que se configura a exclusão e a subalternização dos corpos negros. Podemos relacionar esse conceito com o *pacto narcísico da branquitude* de Maria Aparecida Silva Bento (2021). Essa autora nomeia de pacto da branquitude o não reconhecimento dos brancos como mantenedores de privilégios e da desigualdade social e racial no Brasil, como um acordo tácito e, com isso, silenciam-se diante da complexidade do racismo que permanece como se fosse um problema apenas da população negra. Faço essa relação compreendendo que as autoras partem de epistemologias diferentes para explicar o processo da permanência do racismo no Brasil e as estratégias da branquitude para a manter os privilégios e sua referência como universal. Quanto ao epistemicídio, Sueli compreende que se articula com o biopoder, conceito de Foucault que diz como o poder opera sobre os corpos que merecem ou

não viver.

É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (Sueli Carneiro, 2011, p.92 e 93).

As reflexões de Sueli Carneiro nos ajudam a pensar como todos os campos de conhecimentos, seja cultura popular, saberes tradicionais, ensino infantil, básico e superior são permeados por essas negações e deslegitimidade da afirmação do *ser*, e quais os impactos disso na vida das pessoas negras. Enquanto profissional de psicologia, é essencial que a minha atuação, pesquisas e estudos promovam uma discussão de forma crítica e posicionada sobre a estrutura da ciência, que é um projeto eurocêntrico e segue construindo um modelo “moderno” de produção de conhecimento restrito a um grupo que coloniza, domina e detém o saber, ou ao menos tenta deter.

Ramón Grosfoguel (2016) nos questiona sobre como a produção de toda a ciência é mantida por um grupo formado por homens brancos ocidentais que concentram o privilégio epistêmico, localizando-se em apenas cinco países: França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Estados Unidos. É possível perceber que não é por acaso que a psicologia brasileira “importa” o conhecimento desses países mencionados por Grosfoguel, pois a estrutura das universidades brasileiras é ocidentalizada, que coloca essa produção como cânones dos cursos de formação em psicologia, sendo cúmplices do epistemicídio sofrido pelas mulheres e homens do sul global que produzem conhecimento a partir das realidades vivenciadas em seus territórios. Também nos mostra como os caminhos do epistemicídio estão diretamente ligados com o genocídio de povos colonizados. Patricia Hill Collins (2019) nos alerta sobre quem está no controle das estruturas ocidentais da validação de poder: os homens brancos. E é nessa lógica

que todos os paradigmas, epistemologias, temas de pesquisas são permeados pelos interesses desse grupo social.

Maria Aparecida Silva Bento (2021) nos mostra como o estudo do racismo, à luz de uma psicologia descolonizada e antirracista, traz a compreensão do entrelaçamento das dimensões subjetivas e objetivas em sua manutenção e reprodução. “O racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre os seres humanos” (Kabengele Munanga, 2017, p.33). É fundamental para o processo de descolonização da psicologia, a discussão acerca das relações raciais no Brasil e também voltar os nossos olhos para que lugar a psicologia tem ocupado na sociedade e as implicações disso quando falamos da psicologia como ciência e profissão.

A psicologia como ciência também se estrutura a partir da institucionalização do eurocentrismo, racismo e sexismo epistêmico, elegendo um modelo de ciência em detrimento do silenciamento de outros. Isso ocorre porque, mesmo com tensionamentos e o surgimento de teorias críticas e sociais, “a racionalidade europeia originária do iluminismo ainda respinga seus resquícios sobre nós e continua a impor um projeto colonial que envolve aspectos econômicos, políticos, sociais, cognitivos e subjetivos.” (Jaileila Menezes et al., 2019, p.2). Com isso, a institucionalização do eurocentrismo, racismo e sexismo epistêmico estruturam a ciência moderna a partir das defesas de um saber neutro, objetivo e universal, silenciando as vozes que questionam essa ciência tal qual a conhecemos.

Embebida nessa racionalidade moderna, a psicologia repetiu em suas bases teóricas o pressuposto de quem seria o sujeito produtor de ciência e quem seriam os objetos de suas análises, intervenções, muitas dessas com objetivo de adequar sujeitos a uma norma branca, heteronormativa, burguesa e cristã de existência (Paula Gonzaga, p.156, 2022).

São processos que se repetem, repercutem neste campo de conhecimento, em um

saber-poder que perpetua as marcas coloniais de um passado que a todo tempo retorna, é atemporal. A partir do meu lugar na psicologia, vivencio essa estrutura em várias dimensões, uma delas é o lugar da produção de conhecimento. Fazer ciência em uma perspectiva decolonial é um desafio, pois a matriz de pensamento eurocêntrica é a que permeia as epistemologias hegemônicas da psicologia. O racismo, sexismo e eurocentrismo epistêmico age a partir da negação dos saberes das populações consideradas subalternas pela ordem colonial, povos negros e originários. “Esse processo, ainda vigente, é extremamente violento, pois retira a possibilidade de determinação de si mesmo e da coletividade a partir de critérios próprios e de uma memória própria” (Bruno Gonçalves, 2016, p.404).

Trazendo para o campo da psicologia a reflexão sobre como opera a epistemologia eurocêntrica, baseada em uma racionalidade científica que precisa estar dentro dos padrões de um rigor científico que em seu escopo é racista e sexista, vemos como as grandes escolas teóricas da psicologia tem seu saber localizado na Europa e suas produções são realizadas por homens brancos. Localizar a ciência psicológica é entender como os saberes produzidos, a formação profissional e acadêmica neste campo é pautada pela epistemologia eurocêntrica, reproduzindo esses conhecimentos como únicos e verdadeiros sobre o que a psicologia tem a contribuir para a sociedade. “Na medida em que questionamos a objetividade, neutralidade e universalidade da ciência, também colocamos em discussão a naturalização da desigualdade e exclusão social” (Jaileila Menezes et al., 2019, p.3). Descolonizar a psicologia é trazer para o centro o pensamento crítico.

A legitimidade do saber põe a ciência no centro do mundo com o intuito de excluir tudo que está à margem, fora, aquilo que não tem rigor, o que tem corpo. A ideia de uma “neutralidade científica” e a busca por uma “verdade do saber” é intencional para que se mantenha longe, fora e excluídos os saberes localizados, críticos e encarnados. Pensar nas estruturas do conhecimento é situar a psicologia dentro dessa ciência e refletir sobre como o

saber, a formação e a atuação profissional são estruturados e atravessados por esse sistema. E isso também me põe a pensar nas produções críticas de defesa e resistência por uma psicologia descolonizada, e é nesse lugar que me localizo. Produzindo e atuando de forma viva, encarnada. Com corpo, mente e afetos, ao estar em relação com o outro e com si mesma. Que não está fora e nem a margem, mas dentro, fazendo parte.

Pensando sobre a prática profissional da psicologia é importante analisar os estudos sobre o racismo e o impacto dessa violência na saúde mental da população negra. Nomes como Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista, Lélia Gonzalez, Maria Lucia Silva, Maria Aparecida Silva Bento, entre outras, desenvolveram e ainda desenvolvem conhecimento acerca do assunto. No entanto, quando pensamos em psicologia como profissão, é muito recente a necessidade de conceber, no fazer profissional, o racismo como produtor de sofrimentos e adoecimentos na população negra.

É de suma importância que continuemos rompendo com a ideia dos estudos de raça, gênero, sexualidade e classe como recortes da constituição humana. A divisão do espaço geopolítico, social e de trabalho são pautadas pela classificação racial da humanidade, assim como os modos de subjetivação. Ter esse entendimento sobre a origem e a organização social ocidental, é fundamental para analisar as vivências da população negra no Brasil e, mais especificamente de acordo com essa pesquisa, das mulheres negras em Natal, inseridas no mundo do trabalho por meio da psicologia, que como ciência e profissão não está imune a essa estrutura moderna/colonial/capitalista/patriarcal.

No Brasil, a psicologia enquanto profissão foi regulamentada em 1962, com a Lei de nº 4.119 de 27 de agosto. Estando no momento de escrita desta dissertação com 61 anos desde sua regulamentação. E, só foi em 2002 que o Conselho Federal de Psicologia lançou a Resolução 018/2002 que define que profissionais da Psicologia devem atuar segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com seu conhecimento para refletir sobre o

preconceito e para eliminar o racismo. Isso é mais um exemplo de como a história da psicologia está carregada de processos de opressão, exclusão, patologização e apagamento de corpos negros, com atuações profissionais e acadêmicas pautadas por ideias e epistemologias de perspectivas racistas e higienistas.

O silenciamento da história da psicologia brasileira é um pacto da branquitude, pois ao não conhecer o passado o que se conhece como presente permanece intacto. Trazer o debate do racismo no Brasil não como recorte e nem especialização de profissionais como um campo de atuação específico, mas como premissa, princípios éticos-políticos e prática profissional. Pois o racismo estrutura a sociedade, o trabalho, as subjetividades, os afetos, as relações sociais, dividindo e hierarquizando sujeitos e corpos. Dando luz a esse debate vem a reflexão sobre a importância de também conhecermos quem são as psicólogas e os psicólogos negras e negros no Brasil. Pois esses mesmos corpos atravessados pelo impacto psicossocial do racismo também estão inseridos na psicologia enquanto profissionais.

Historicamente, a psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que o legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias, inclusive por tornar padrão uma realidade que não contempla a diversidade brasileira (Conselho Federal de Psicologia, 2017, p.75).

Uma pesquisa realizada por Marizete Gouveia e Valeska Zanello (2018) sobre as produções bibliográficas da psicologia, no período de 15 anos, demonstra que há uma baixa produção científica brasileira indexada que relaciona temáticas que envolvam as questões da área de saúde mental e racismo. As autoras destacam que as publicações são majoritariamente na área da psicologia social e, por outro lado, no campo da psicologia clínica é quase inexistente. Isso aponta, para uma invisibilização do tema de racismo e saúde mental na ciência psicológica e está relacionado a um processo da falta de reconhecimento da produção científica de pesquisadoras e pesquisadores negras e negros que há algum tempo tem defendido as particularidades dos impactos psíquicos do racismo na sociedade brasileira.

Dentre as práticas de invisibilização dos saberes construídos por pesquisadores e pesquisadoras negras no âmbito da ciência, “a indexação passa a ser então mais um método de calar, de bloquear a divulgação do conhecimento sobre o negro pelo negro”(Marizete Gouveia e Valeska Zanello, 2019, p.3)

Ainda sobre esse estudo, as autoras pesquisaram o período de 1999 a 2014, por considerarem um período escasso e até inexistente de estudos na área de saúde mental e racismo. Para elas, o tema é invisibilizado dentro das ciências, de forma geral. Para ter um panorama deste estudo, dos 19 artigos encontrados, quase metade deles tem abordagem histórica da incorporação do racismo nas teorias psicológicas/psiquiátricas e a afirmação da psiquiatria como ciência, promotora dos princípios eugenistas e do racismo científico no Brasil. Apenas um artigo versava sobre a clínica racialmente contextualizada. A conclusão desta pesquisa é insatisfatória para as autoras, pois as produções foram incipientes, mesmo que a psicologia tenha contribuído mais nestes estudos que a psiquiatria (Marizete Gouveia e Valeska Zanello, 2018). “Os estudos em psicologia e saúde mental, contudo, hegemonicamente negligenciam as implicações da raça nas condições de vida da população sobre a qual se debruçam, abrigo-as sob o guarda-chuva da “questão social” (Diana Malito, 2022, p.202).

É fundamental que estudos sobre o racismo e saúde mental, em uma perspectiva descolonizada e antirracista, tenham cada vez mais espaço e debate na psicologia brasileira. Rompendo com a lógica moderna de imparcialidade e individualização dos sujeitos nos estudos e no cuidado em saúde mental. “A subjetividade, matéria tão cara para a ciência psicológica, muitas vezes é admitida como entidade etérea, descorporificada, alienada das marcas que atravessam os indivíduos no cotidiano em que sua própria existência é demarcada como inferior”(Paula Gonzaga, p.157, 2022). É inadmissível pensar na estruturação da sociedade brasileira e dos marcadores sociais sem fazer relação com o sofrimento mental da

população, que é social e político. Usar dos processos de subjetividades de forma genérica e universal é negligenciar o compromisso ético-político-social da psicologia, compactuando com o *status quo* existente que oprime, patologiza, exclui e mata a população negra brasileira todos os dias.

Deivison Miranda e Antônio Félix-Silva (2022) trazem no seu estudo a importância da descolonização da clínica psicológica e nos mostra como os conhecimentos produzidos na psicologia brasileira são eurocentrados. Suas produções e práticas tem em seu cerne o eurocentrismo como um dispositivo que tem articulado os discursos cristão e científico, pautados em um ideal de imparcialidade e verdade, que velam e falseiam a parcialidade desta ciência, servindo aos interesses do sistema colonial capitalista. Que se manifesta em sua corporalidade branca, masculina, cisheteronormativa, cristã e hierarquizada das produções de conhecimento e visão de mundo.

Não obstante, não deixamos de afirmar que a origem da psicologia científica tal qual nos fora ensinada nas universidades é grega e que as primeiras tentativas de sistematização de uma Psicologia estão relacionadas a sua interface com a Filosofia e com Religião (Bock, Furtado, & Teixeira, 2001 como citado em Deivison Miranda e Antônio Félix-silva, 2022).

A incipiência dos estudos sobre saúde mental e racismo em uma perspectiva descolonial e antirracista na academia, reverbera na formação de profissionais de psicologia, nas atuações e práticas desenvolvidas. Sobre o campo de estudo desta pesquisa, a clínica em psicologia, também existe uma baixa produção, ou melhor dizendo, uma baixa circulação de estudos que tratam das práticas e manejos clínicos, quando falamos sobre os efeitos psicossociais do racismo na população negra.

No campo da psicologia clínica brasileira, não se tem um corpo de conhecimentos, métodos ou estratégias sistematicamente desenvolvidas para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra (Jeane Tavares e Sayuri Kuratani, 2019, p.2-3).

A reprodução dessa invisibilização se insere em produções científicas de diferentes

áreas do conhecimento e da Psicologia em um processo de negação epistêmica à população negra. No estudo de Rocelly Cunha, Cândida Dantas & Magda Dimenstein (2021), as autoras constataam que o campo científico da Psicologia é exercido predominantemente por mulheres brancas, sendo 82,35% as que acessam à carreira no magistério federal e a bolsa de produtividade em pesquisa, ou seja, que chegam ao nível de excelência científica estabelecido da área. Conforme defendem as autoras, essa realidade comprova como a estrutura colonial é estruturante na construção do saber da psicologia enquanto ciência no Brasil.

Porém, é importante mencionar que o processo de democratização do ensino superior construído nas últimas décadas (a partir dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores) através, por exemplo, da lei de cotas, construções de *campi* universitários nos interiores do país, o FIES e Prouni, atenuaram os processos de exclusão, mas não o suficiente uma vez que temos que refletir como está sendo a permanência dessas alunas e alunos nas universidades e nas esferas de produção de conhecimento. Mas acredito que estamos passando por um novo momento de resgatar essas políticas que foram duramente atacadas pelo governo bolsonarista para, assim, pensarmos em soluções de avanço no acesso e na permanência de jovens nas universidades.

As desvantagens de mulheres negras e indígenas na Psicologia não se estabelecem somente na esfera da excelência científica. Nos dados nacionais divulgados pelo Censo Psi (2022), 79,2% de profissionais se identificam com gênero feminino (sendo destas 79,9% são mulheres cisgêneras e apenas 0,1% são mulheres transgêneras). No quesito raça/cor/etnia, do número total de profissionais que responderam o censo, 34,6% são pessoas negras (26,1% parda e 8,5% preta), 0,3% indígenas e 63,9% de pessoas brancas. Esses dados nos mostram uma psicologia predominantemente branca. Uma discrepância significativa do cenário brasileiro, afinal, como pode-se notar, a maioria da população é negra, entre os que se declaram pretos e pardos os números chegam a 56,2 % da população brasileira. (Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012-2019). Nesse sentido, fica evidente a desigualdade de raça e de etnia na Psicologia, reflexo de um modelo de universidade excludente que limitou, e até mesmo impediu o acesso de pessoas não brancas aos espaços da academia.

O Censo Psi de 2022 traz dados demográficos separados por regionais. Fazendo uma breve análise dos dados da minha região de atuação (cujo órgão responsável no Rio Grande do Norte é o Conselho Regional de Psicologia-17), e trazendo aqui para debate os dados que têm relevância para a análise desta pesquisa, mulheres negras que atuam na clínica de psicologia, temos o seguinte panorama: 43,9% está na faixa etária dos 30 a 39 anos, 76,2 são mulheres (dentre as quais 76,4% são cisgêneras e o resultado de transgêneras e travestis foi 0%), 42% de profissionais negras e negros (34,7% pardas, 7,3% pretas), 80,5% se declararam heterossexuais, 52,9% formação em Instituições de Ensino Superior privadas, 88,3% trabalham, 67,3% atuam na clínica de psicologia. Podemos observar que a realidade do RN é uma psicologia formada majoritariamente por mulheres, mas algo me chamou a atenção nesses dados, pois não tem registro de mulheres trans ou travestis, e nós enquanto profissionais sabemos da existência delas e sua atuação no estado. E fica a pergunta, que infelizmente não será respondida neste trabalho, onde estão as mulheres trans e travestis psicólogas do RN? Mas seguimos na análise.

Dentre as pessoas que responderam a pesquisa, menos da metade se autodeclararam negras, tendo então um dado que difere do nacional divulgado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC) do IBGE (2019), onde a população negra autodeclarada é de 56,4%. E que também difere do dado municipal, hoje em Natal, segundo os dados da PNADC do IBGE, a população negra é de 55,7% da população natalense (10,1% preta e 45,6% parda). Este dado explicita como em alguns campos de atuação profissional, e aqui estamos falando da psicologia, a população negra sofre com um

distanciamento ou, melhor dizendo, com uma exclusão.

Ao fazermos uma análise sobre gênero a população brasileira e a natalense tem em sua maioria mulheres, 51,1% e 52,1% respectivamente, e na psicologia potiguar esse número é maior que a média nacional e da capital, sendo 76,2% de mulheres. Quando falamos da psicologia enquanto profissão, ainda paira a ideia do cuidado ser uma atuação feminina, pois mesmo sendo a maioria das profissionais, no campo da produção do conhecimento e pesquisa, considerando os níveis mais elevados da ciência brasileira, nós somos minoria. E quando essa análise é realizada a partir dos marcadores de raça/cor, esse número despenca ou em algumas regiões e áreas de estudos é inexistente. Como bem nos mostrou os estudos de Rocelly Cunha, Cândida Dantas e Magda Dimenstein (2021) que foram discutidos anteriormente.

Partindo desses dados é possível refletirmos sobre como a psicologia enquanto ciência e profissão tem refletido também a estrutura social racista, onde pessoas negras são um número menor ocupando espaços de saber e de produção. Isso reflete na construção da ciência e desemboca na atuação profissional. Pois, como já foi discutido anteriormente, é impensável a separação da ciência, prática e política. Esse entrelaçamento, se não estiver em um caminho crítico e de processos de descolonização, irá reproduzir o que a estrutura mantém como hegemônico. O campo da psicologia clínica também reflete isso, reproduzindo um discurso individual e neutro. Quando, na verdade, os processos de subjetivação estão atravessados pelas “vias identitárias” (Carla Akotirene, 2018) e cada pessoa vai se localizar pelas estruturas de raça, gênero, sexualidade e classe.

É com o olhar crítico sobre essa estruturação e a construção de subjetividade e do imaginário social, que a psicologia precisa estar. Porque é nas intersecções de opressões que as mulheres negras são invisibilizadas e as práticas racistas contribuem para a sua subalternização e sofrimento psíquico (Ludmilla Lima, Fátima Lima e Luiza Oliveira, 2022).

Essa posição de neutralidade desconsidera as especificidades da realidade brasileira, sejam elas “geográficas, históricas, étnico-raciais, de gênero e sexualidade, classe, entre outras”. E o resultado é a importação e reprodução de conhecimentos e de um olhar analítico eurocêntrico, tornando-se, assim, uma peça propulsora dessa engrenagem racista. É fundamental que os estudos e as práticas clínicas partam da realidade e a compreenda em suas dimensões (Deivison Miranda e Antônio Félix-Silva, 2022).

Penso que atuar em uma conjuntura científica branca e eurocêntrica certamente deve impactar o cotidiano dessas mulheres de modo particular. Para pensar sobre essas psicólogas me questiono quem são e em quais condições atuam no campo da clínica no município de Natal/RN? Quais são os desafios que essas profissionais enfrentam dentro dessa estrutura? E quais os caminhos estão sendo construídos para uma psicologia como ciência e profissão descolonizada?

Mesmo diante de tantos desafios, precisamos lembrar dos avanços existentes no campo da psicologia clínica, ocorreu uma inserção em outros campos que saem do consultório e ampliam o encontro com outras realidades que são tão plurais. Basta olhar para as produções do Conselho Federal de Psicologia e suas referências técnicas acerca da saúde mental da população negra, indígenas, quilombolas, LGBT, povos tradicionais. E isso é um processo de descolonização da psicologia. Então temos caminhos possíveis sendo construídos, que nos dão base para atuar. O próprio Código de Ética da Psicologia nos dá orientações sobre como deve ser nossa posição na sociedade enquanto profissionais. E no seu III princípio fundamental nos diz que: “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p.7). E em 2002, o CFP lançou a resolução 18, que estabelece normas de atuação em relação ao preconceito e à discriminação racial. Em 2017, foi apresentado o documento “*Relações Raciais: Referências Técnicas para a prática da(o)*

*psicóloga(o)*”, elaborado no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). É importante ressaltar a atuação do Conselho Federal em relação ao enfrentamento do racismo, mesmo que de maneira macroestrutural, sabemos que a psicologia ainda precisa avançar mais, para se tornar uma ciência descolonizada e antirracista.

Na produção sobre saúde mental da população negra, tivemos a campanha *“Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”* que foi lançada em 2020 por meio da Comissões de Direitos Humanos do CFP, além de profissionais e pesquisadoras(es) negras(os) estarem na atuação e produção de conhecimento, contribuindo para que seja possível pensarmos e construirmos uma Psicologia Clínica brasileira descolonizada e antirracista. Temos como ações o prêmio Virgínia Bicudo, que premiou trabalhos sobre a psicologia e o racismo e que resultou na publicação de dois volumes, onde para além dos muros da universidade, profissionais também estão produzindo conhecimento. Um desses espaços que tem sido fundamental na construção de uma psicologia antirracista é a Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP). A ANPSINEP se dedica aos estudos, ações e formações voltadas para o enfrentamento do racismo, à promoção da saúde mental e ao bem viver da população negra brasileira. Sua atuação se dá por meio de projetos nas áreas de trabalho, educação, justiça racial e juventude. Tendo como eixos de atuação a nucleação nos territórios, comunicação, incidência política e a produção de conhecimento. Também tem atuado com campanhas nacionais sobre saúde mental e a defesa da vida da juventude negra e promovido encontros e fóruns nacionais, com profissionais negras e negros.

É no reconhecimento dessas ações, produções e articulações que vislumbro caminhos possíveis de atuação dentro de uma perspectiva descolonizada e antirracista. Olhando para os lados e enxergando no coletivo a saída para isso. Não me sentindo mais sozinha e, sim, cada

vez mais aquilombada.

As profissionais que fazem parte desta pesquisa construíram comigo um debate e uma reflexão sobre a psicologia, o racismo e a clínica como caminho possível de cuidado. Elas atuam na cidade de Natal, se declaram negras e constroem outro modo de pensar a psicologia, de forma descolonizada e antirracista e que, se não for assim, não é possível pensar em um projeto ético-político de psicologia que tenha como em seu caminho e horizonte a transformação social, o combate às violências raciais, de gênero e de sexualidade. Essas mulheres fazem parte da psicologia potiguar.

Em minha experiência particular, enquanto psicóloga clínica negra e na escuta de outras mulheres negras, venho produzindo sentidos e ressignificações do lugar social e político que ocupo sendo uma mulher negra. A chegada de um maior número de pacientes mulheres negras, buscando um lugar de acolhimento, cuidado e escuta, me faz perceber que nesse processo, o tornar-se negra e a elaboração de outras formas de representação desse corpo negro tem sido o ponto em comum. Compreendendo como o racismo impacta de maneira subjetiva o cotidiano e quais as estratégias de fissuras dessa estrutura, as práticas de resistência e os caminhos possíveis para uma psicologia como ciência e profissão descolonizada e antirracista. Ouvir essas mulheres negras e psicólogas como eu e recontar as nossas narrativas é romper essa estrutura hegemônica que deseja constantemente nos calar, transformando a linguagem em ação, ressignificando os discursos que foram construídos para operar contra nós (Lorde, 2020).

As experiências do ser mulher negra são construídas no cotidiano, as estratégias de sobrevivência, de lidar com o racismo, parafraseando Grada Kilomba (2019), uma ferida que nunca foi tratada, dói sempre, às vezes infecta e, por outras, sangra, são vivenciadas no dia a dia, no coletivo. Cada uma a sua maneira busca seu quilombo, mas quando falamos dos sofrimentos e adoecimentos produzidos pelas violências racistas experienciadas pelas

mulheres negras, o espaço da clínica pode ser um caminho possível de cuidado.

### **3. Capítulo 2: Metodologia**

Partindo do meu olhar para esse mundo e da construção onto-epistemológica e metodológica do projeto de pesquisa, elejo como caminho teórico os estudos feministas negros e decoloniais. Portanto, parto da perspectiva da Patrícia Hill Collins (2019), ao definir as epistemologias negras a partir da experiência vivida, do diálogo, da ética do cuidar e da responsabilidade individual. Por compreender que é a partir desse lugar que existe a possibilidade de construir outros modos de ser, estar no mundo e criticamente reposicionar a psicologia e, em específico, o projeto de pesquisa e a clínica psicológica em Natal/RN. Pois, um dos objetivos também é inscrever as mulheres negras, psicólogas clínicas, que estão na construção dessa clínica descolonizada, dentro de um projeto ético-político de psicologia. E pensar em projeto ético-político é subverter a ordem social pautada nesta estrutura na qual estamos inseridas.

Depois de me localizar enquanto pesquisadora, feminista, negra e de entender que é impossível romper com o modelo de ciência hegemônico sem a parcialidade do que se produz, sem encarnar o que escrevemos, tomando emprestado da Suely Messeder (2020), a perspectiva da pesquisadora encarnada que busca uma trajetória decolonial para a construção do saber científico que aposta na corporeidade da pesquisadora, bem como na das participantes da pesquisa.

Nesta perspectiva, propomos uma pesquisa de caráter qualitativo. Foram realizadas entrevistas narrativas com cinco psicólogas clínicas negras de Natal, organizadas em coletivos políticos, grupos de estudo e/ou movimentos sociais. Ao utilizarmos a entrevista, como uma prática discursiva, busquei entendê-la como uma interação negociada e imbricada numa história. Foi construído um roteiro semi estruturado e dividido em eixos, tais como:

identificação, história de vida, formação e atuação profissional.

As entrevistas foram realizadas de modo a possibilitar um diálogo livre com as profissionais. Isso contribui para compreender os significados e interpretações acerca das possíveis tensões que se estabelecem entre o seu fazer científico e as experiências de subalternidade, vivenciadas por elas (Lino, 2019). Assim como conhecer as práticas de resistência na psicologia e a construção de um projeto ético e político.

Para a realização das entrevistas foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como se trata de profissionais ativas que atuam na mesma cidade na qual foi realizada a pesquisa, foi garantido o sigilo das profissionais que optaram por não ser identificadas. Entre as entrevistadas, apenas uma optou pelo sigilo e terá seu nome substituído por Virgínia. As entrevistas foram gravadas e transcritas e foi utilizado o vocabulário, as expressões, as opiniões e os questionamentos das participantes, sem qualquer alteração da narrativa (Creswell, 2007). Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (CAAE 67964223.0.0000.5537).

As escolhas dessas mulheres se deu a partir do reconhecimento de suas trajetórias políticas e profissionais na área de psicologia. Um desses espaços que proporcionaram o encontro com essas psicólogas foi o Núcleo do Rio Grande do Norte da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) - ANPSINEP do qual faço parte, quatro das cinco profissionais também compõe o núcleo. Outro espaço foi um grupo de estudos sobre a clínica e as relações raciais que participei. Uma das profissionais coordenou esse grupo de estudos. Foram nesses espaços de formação profissional e política que conheci profissionais engajadas e atuantes, e que também compartilhavam comigo os mesmos questionamentos e caminhos de construções de uma atuação descolonizada e antirracista na psicologia.

A análise das narrativas foi realizada a partir de epistemologias feministas decoloniais,

feminismos negros e partindo de uma análise interseccional pois, “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Carla Akotirene, 2018, p.14). Defendemos que a partir dessas perspectivas podemos fazer a análise das múltiplas realidades que têm em comum, na sua estrutura, o racismo. São essas teorias, construídas por mulheres negras que têm em suas experiências as intersecções das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade, que analisam os processos de subjetivação das mulheres negras e que denunciam como os estudos feministas hegemônicos são forjados nessa mesma estrutura eurocêntrica e que universalizar as múltiplas realidades do ser mulher é invisibilizar corpos femininos e feminilizados que são lidos e categorizados nos grupos ditos subalternizados pela branquitude. Não é fácil assumir posição, mas é necessário. E não é apenas disputa de narrativas. É a retomada da posição de sujeita da nossa própria história. Grada Kilomba (2019) nos fala sobre a importância de construirmos nossa narrativa, de estarmos ativas em nosso processo. A minha experiência enquanto mulher, negra e psicóloga, me fez buscar como outras mulheres que estão na mesma posição que a minha, que se entrecruzam nesses caminhos, têm conseguido resistir e construir formas de enfrentamento.

Com esse trabalho eu visou contribuir para a construção de um projeto ético-político de psicologia descolonizada e antirracista através das práticas profissionais e a organização política dessas mulheres. Como também mostrar quem são essas mulheres negras que constroem, em Natal, um processo de descolonização da psicologia como ciência e profissão, mulheres que são referências em seus espaços de atuação. Outro ponto importante para mencionar é a circulação cada vez maior do conhecimento produzido por mulheres negras. Então quero que esse trabalho seja referência para outras mulheres negras que estão por percorrer esse mesmo caminho da pós-graduação no Brasil e que encontre neste trabalho reflexões que abram outras discussões a partir da realidade e do território de cada uma.

Mas quem são essas mulheres escolhidas para estarem comigo nessa trajetória de tensionamentos e construção de saberes e práticas acerca de uma psicologia descolonizada e antirracista, buscando em nossas atuações na clínica uma perspectiva de aquilombamento e cuidado para as pessoas negras?

Elas são mulheres negras e psicólogas que atuam na cidade de Natal/RN. Um ponto em comum dessas mulheres é serem de outros estados. Todas nordestinas, estão em Natal por processos de trabalho e/ou estudos. Mas elas têm um ponto em comum. A atuação pautada em um projeto ético-político de psicologia que tem como horizonte uma psicologia descolonizada e antirracista.

Jenair Alves é cearense e está em Natal há 14 anos. Se declara como uma mulher cis parda, gorda e heterossexual. Tem em sua trajetória um caminho de longa data na militância, desde os 15 anos que participa do movimento estudantil ao movimento de mulheres negras. Assim, já tinha uma formação política quando chegou na psicologia. Hoje ela compõe o coletivo de mulheres negras “As Carolinas” e a “Rede de mulheres negras” do Nordeste. Jenair atua no campo da clínica por uma escuta fanoniana e é doutora em psicologia pela UFRN.

Ricarla Lira é uma mulher negra de 31 anos, mãe e coordenadora do núcleo RN da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras (os) e Pesquisadoras(es). Vem da área rural do Rio Grande do Norte e está construindo a clínica com base na perspectiva histórico-cultural no estado. Atuou na assistência e atualmente atua na educação pública estadual.

Emanuelly Rodrigues tem 27 anos, mulher negra, cis e bissexual. Natural de Açú/RN e desde 2015 está em Natal. Veio para estudar psicologia na UFRN. Nomeia como difícil o seu processo de se sentir pertencente a essa cidade, mas hoje consegue firmar o pé no chão. bell é mestra em psicologia pela UFRN e, na clínica, atua na perspectiva teórica da Psicologia

### Histórico-Cultural.

Micaelly Gomes tem 30 anos, se autodeclara negra, mulher cis e bissexual. Natural de Serra Talhada/PE. É a filha mais nova de três irmãos, foi a primeira a deixar a casa dos pais e ingressar no ensino superior, indo morar na capital Recife/Pernambuco. A sua trajetória em Natal iniciou no mestrado. Hoje está como doutoranda em psicologia pela UFRN e compartilha a coordenação do Núcleo RN da ANPSINEP. Sua atuação na clínica parte da perspectiva junguiana, psicologia analítica.

Virgínia é uma mulher parda de 41 anos e natural de uma cidade do interior da Bahia. Filha de uma família com 10 irmãos, aos 17 anos foi para a Paraíba para cursar a graduação em psicologia e na sequência fez o mestrado também em psicologia e, a partir daí, iniciou a vida profissional como professora. Virgínia também atuou no serviço público, como psicóloga. Atualmente é professora do curso de psicologia e atua na clínica e seu percurso é na psicanálise, nos estudos de Freud e Lacan.

#### 4. Capítulo 3: Trajetórias e Resistências

E aqui chegamos, visitamos nossas dores, resgatamos o passado e compreendemos que essa estrutura foi construída para nos moer. Mas também aprendemos a dar a volta, a gingar e, com o molejo do corpo e do nosso ritmo, subverter a ordem; empenar a engrenagem e fazer ela parar de rodar mesmo que ela, a estrutura social, busque um meio de continuar nos moendo. Resistimos!

Maya Angelou tem um poema que representa muito a experiência da mulher negra e me faz renovar as forças para que sigamos (re)existindo todos os dias. Esse poema se chama “*Ainda assim eu me levanto*”. E é ainda se levantando que podemos buscar outros modos de ser em nossa experiência de vida singular e coletiva. Compartilho com vocês abaixo:

##### **Ainda assim eu me levanto**

Você pode me marcar na história  
Com suas mentiras amargas e distorcidas  
Você pode me esmagar na própria terra  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Meu atrevimento te perturba?  
Que é que te entristece?  
É que eu ando como se tivesse poços de petróleo  
Bombeando na minha sala de estar.

Assim como as luas e como os sóis,  
Com a certeza das marés,  
Assim como a esperança brotando,  
Ainda assim, eu vou me levantar.

Você queria me ver destroçada?  
Com a cabeça curvada e os olhos baixos?  
Ombros caindo como lágrimas,  
Enfraquecidos pelos meus gritos de comoção?

Minha altivez te ofende?  
Não leve tão a sério  
Só porque rio como se tivesse minas de ouro  
Cavadas no meu quintal.

Você pode me fuzilar com suas palavras,  
Você pode me cortar com seus olhos,  
Você pode me matar de ódio,  
Mas ainda, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade te perturba?  
Te surpreende?  
Que eu dance como se tivesse diamantes  
Entre as minhas coxas?

Saindo das cabanas da vergonha da história  
Eu me levanto  
De um passado enraizado na dor  
Eu me levanto  
Sou um oceano negro, vasto e pulsante,  
Crescendo e jorrando eu carrego a maré.

Abandonando as noites de terror e medo  
Eu me levanto  
Para amanhecer maravilhosamente claro  
Eu me levanto  
Trazendo as dádivas que meus ancestrais me deram,  
Eu sou o sonho e a esperança dos escravos.  
Eu me levanto  
Eu me levanto  
Eu me levanto.  
(Maya Angelou, 2020, p.175)

#### **4.1 A Psicologia Clínica**

Sabendo da importância da construção de espaços possíveis de cuidado e potência para

nós, mulheres negras, que vivenciamos a experiência violenta do racismo cotidianamente, partindo da ideia de experiência como um processo de aprendizado de ser mulher negra nesta sociedade que nos oprime e nos discrimina justamente por isso (Lélia Gonzalez, 2020, p.140), eu acredito que a clínica em psicologia pode ser um caminho possível para isso. Pensando esse espaço como um território de quilombamento, mudando a perspectiva de nossas práticas e escuta.

Para Beatriz Nascimento (2021), o quilombo é um movimento social e político. Tem em sua história e origem um modo de organização política. Pensando na realidade brasileira, podemos relacionar os quilombos com os processos de subjetivação, afetividade, acolhimento e resistência dos povos negros. Falar sobre quilombamento em um processo de enfrentamento ao racismo e construção de estratégias de sobrevivência, me faz pensar em sua existência como prática de cuidado. Beatriz Nascimento (2021), no estudo sobre quilombo intitulado “*O conceito de quilombo e a resistência cultural negra*”, traz um resgate histórico do que pode ser conceituado como quilombo, desde as origens na África até a sua prática no Brasil. Ela nos ensina que, “... é no final do século XIX que o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão” (Beatriz Nascimento, 2021, p.163). Quilombo, nesse processo de organização social e política e sua redefinição enquanto significado de luta e resistência, é também uma espécie de instrumento de humanização da população negra.

O quilombo é memória, é história, é o ser, assim nós o entendemos na década de 1970. Era o nosso lema para a recuperação de nossa identidade, de nossa ancestralidade, de ser no mundo adverso. [...] Fazendo-nos lembrar hoje que o quilombo é o espaço que ocupamos. Quilombo somos nós (Beatriz Nascimento, 2021, p.241).

Aquilombamento é onde ocupamos, nos apropriamos e com quem estamos. É pertencimento, acolhimento, resistência. Força vital, como na filosofia Banto. O quilombo é a força da singularização que atinge o coletivo. É o ser em sua absoluta diferença. E, é a partir

disso que me surge a pergunta: a clínica de psicologia pode ser um espaço de aquilombamento?

Kwame Santos (2021) ao tratar sobre a construção de um aquilombamento na clínica, parte do entendimento do entrelaçamento entre a teoria, a clínica e a política nas teorias de Frantz Fanon. Nesta perspectiva, é impossível pensar em uma prática clínica que não desenvolva um pensamento na defesa de uma clínica ética-política contracolonial; que não questione as nuances, entrelinhas e entrelaçamentos da colonialidade e do racismo nas estruturas sociais, e como isso produz subjetividades e modos de vida.

Essa clínica, que pensa nos processos de descolonização dos corpos, pensamentos e modos de vida, pode ser um espaço de aquilombamento. Pois, nesse processo de cuidado e da construção de um espaço seguro de escuta e fala, a clínica pode ser um espaço de potência que parte do singular para atuação dessa pessoa no coletivo, em seus espaços de vivência. Esse espaço é político também nos modos de subjetivação dos corpos negros da cidade, desde a estética até a ocupação dos espaços, parte-se de uma humanização desse corpo, tornando-se vivo, materializado nas resistências e na saída da posição de sujeição frente à estrutura hierárquica dos modos de vida, construindo territórios físicos e existências de potência, força, humanidade e vida.

Aquilombamento da clínica é a sua descolonização, isto é, a avaliação dos atravessamentos da colonialidade nas suas bases teóricas. [...] Assim sendo, a descolonização da clínica é um banho do Real a partir de um duplo agenciamento: a ampliação das suas bases teóricas-ético-política e, a partir disso, a construção de outros dispositivos clínicos a altura do acontece (Kwame Santos, 2021, p.131).

É pensar e construir uma clínica que sai dessa lógica colonial, eurocentrada, racista e individualizante dos modos de pensar os processos de saúde-doença, para uma clínica em psicologia que se localize a partir do contexto social, histórico, político e econômico. Pois, como nos traz Rachel Passos (2023), não se pode pensar em uma saúde mental sem ser em

uma perspectiva antimanicomial, que questione esses processos de individualização que perpetuam a dinâmica dessa estrutura colonial-racista, “um saber-fazer em saúde mental que reafirme a vida” (p.104). Assim como também nos aponta Jeane Tavares e Leny Trad (2021) e Deivison Miranda e Antônio Félix-Silva (2022), sobre a necessidade de construção de um caminho para uma clínica racializada.

Diante do exposto, vi a possibilidade de articular Beatriz Nascimento e outras(os) autoras(es), mencionados acima, sobre aquilombamento com Patricia Hill Collins, pois esta última traz, na epistemologia feminista negra, princípios que convergem com a ideia do cuidado, potência, política e comunidade, mesmo que de uma realidade afro-americana, sendo possível desenvolver a discussão sem perder a dimensão da nossa realidade brasileira.

Collins (2019) traz a discussão sobre o poder da autodefinição como um processo de potencialização das mulheres negras e a importância da voz na vida delas. Isso me lembra muito o espaço da clínica psicológica, descolonizada, quando esse é um lugar de falar, sentir e ouvir sua história. Quando mulheres negras falam umas às outras e se ouvem, compartilham de experiências sobre ser negra e a importância da valorização, “porque somente as mulheres negras sabem o que significa ser mulher negra. Mas se não escutarmos umas às outras, quem vai nos escutar?” (Collins, 2019, p.190). Entretanto, é importante não perdemos a dimensão subjetiva e singular de cada uma, o processo da singularidade dessas mulheres não deve se perder no coletivo. Existem os pontos comuns e compartilhados e os particulares de cada mulher em lidar com o seu existir.

Ao pensarmos sobre o cuidado como categoria política e prática clínica, vemos o quanto é a partir de epistemologias feministas negras, em especial neste estudo sobre a Epistemologia Negra escrito por Patrícia Hill Collins (2019), que o cuidado se coloca como saber e potência para as mulheres negras. Uma das dimensões trazida por Collins é sobre a *ética do cuidar*: “A ética do cuidar sugere que a expressividade pessoal, as emoções e a

empatia são centrais para o processo de validação do conhecimento” (p.419). Será a partir dela que farei a articulação entre as práticas de aquilombamento e cuidado na clínica de psicologia descolonizada. Ou seja, proponho pensar em cuidado sobre si e ao outro a partir das expressões de vida, olhar a si em suas emoções, medos, desejos e experiências subjetivas, buscando maneiras de lidar com o cotidiano e as dimensões de sofrimento, adoecimento, mas também buscando produzir potência e cura.

Ainda sobre cuidado, a análise que Rachel Passos (2023) faz sobre as práticas de cuidado forjadas na colonialidade repercute até os dias de hoje na vida de mulheres negras e, articulado com o processo de desumanização, as colocam em um lugar de negação de serem cuidadas, pois o seu papel é cuidar e servir incondicionalmente ao outro, o branco. “Para impor a sujeição foi necessário a destruição de uma memória coletiva das práticas de cuidado, bem-estar e afeto estabelecidas em tradições africanas” (Rachel Passos, 2023, p.39). Coletividade como potencialidade faz parte de uma ancestralidade africana, isso se deu nos processos de aquilombamento aqui no Brasil como formas de afirmação de vida.

A autora traz a noção de cuidado como uma necessidade ontológica do ser social. A negação do cuidado à população negra é um dos instrumentos de desumanização do povo negro, que na contemporaneidade assume novos contornos e manifestações na dimensão social de nossa realidade brasileira, denominando de “colonialidade do cuidado” (2023, p.42). Falar de cuidado em saúde mental da população negra passa, portanto, por um processo de humanização e vida, de maneira singular e coletiva.

Na clínica é fundamental ouvir com os olhos (Santos, 2021), entender que na fala e escuta com esse outro, em uma posição de “suposto-saber”, ter a empatia é reconhecer que a experiência e as dores são legítimas, trazem mudanças. E nessa escuta particular não se é apenas uma pessoa negra, a partir do olhar e imaginário social e colonizador, mas se é além. Em sua singularidade, emoções e experiências em sua diferença absoluta frente ao outro.

Ouvidos que olham e vêem esse corpo-sujeito, entre o comum e o particular, nas afirmações deste ser.

A clínica psicológica de base eurocêntrica é hegemônica na realidade brasileira, pois como nos mostra Veiga (2021), “para além da diversidade epistemológica que embasa a formação em Psicologia no Brasil, ainda assistimos uma formação eminentemente protagonizada por autoras(es) europeus tornados universais em seus modelos de interpretação” (como citado em Miranda e Félix-Silva, 2022, p.7).

Diante disso, essa clínica pautada nas teorias científicas racistas importadas da Europa, vai se configurar como um espaço de reprodução da exclusão para pessoas negras. “Assim, as clínicas são convocadas a se deslocar de seus lugares comuns de interpretação universal com base nas subjetividades centro, para produzir outras disposições clínicas a partir de revisões epistemológicas e metodológicas” (Miranda e Félix-Silva, 2022, p.8). Com isso, os processos de descolonização e de reflexão sobre os conceitos da clínica como saúde, doença, sofrimento e cura atrelados à dimensão racial, de gênero e sexualidade, podem tornar a clínica psicológica um espaço de aquilombamento e de cuidado para a população negra, pensando outras subjetividades para além das hegemônicas.

#### **4.2 A clínica do aquilombamento: caminhos, práticas e resistências**

Pensar em uma atuação clínica descolonizada e antirracista é construir um projeto ético-político para a psicologia brasileira. Uma clínica que reconheça que os sofrimentos e adoecimentos têm atravessamentos políticos. Neste sentido, o olhar para o outro deve ser interseccional. Não há uma constituição psíquica abstrata em que o sujeito possa ser destituído do social e de tudo que implica estar em sociedade. O ser é entrecruzado. Mulher, negra, mãe, periférica, trabalhadora, heterossexual, são vias que me atravessam e a minha narrativa é entrelaçada por essas categorias que me constroem no lugar social em que ocupo.

Os meus sofrimentos e angústias têm a singularidade de como me percebo no mundo, mas mesmo essa singularidade é forjada no coletivo, na engrenagem estrutural das relações. As marcas que trago não são só minhas. As rupturas que faço não as faço sozinha. Refletir sobre isso se torna fundamental na minha atuação.

Assim como nossos ancestrais nos ensinaram a importância da coletividade, eu, sozinha, não conseguiria caminhar e, muito menos, construir uma psicologia que também fosse cuidado e potência para as pessoas negras. Para além das autoras e de minhas ancestrais, estiveram comigo nessa construção, que é um ponto de partida, cinco mulheres negras e psicólogas que, assim como eu, atuam no campo da psicologia clínica. O encontro com elas atravessa a minha trajetória profissional e o diálogo com essas mulheres se tornou a mola propulsora para buscar construir uma clínica que possa ser um caminho possível de cuidado e de aquilombamento para as pessoas negras, sejam elas pacientes ou profissionais.

A primeira coisa que veio à mente quando pensei em uma clínica descolonizada e antirracista foi como o racismo nos atravessa enquanto psicólogas negras. É impossível neutralizar quem somos, quando um paciente chega à clínica a primeira coisa que vê é a minha pele, lembro de Fanon (2008) falando sobre a *epidermização*. Não se apaga a cor. É uma clínica encarnada, viva, pulsante. Quando pacientes negras e negros buscam uma psicóloga negra, o que eles querem encontrar? É um processo de identificação, de falar e sentir-se ouvido, compreendido. É como se, nesse primeiro momento, olhar o outro não fosse distorcido, pois a semelhança que se enxerga na pele está presente.

Se o que nos chega primeiro é a cor, como a questão racial atravessa essas mulheres? É que podemos responder através das narrativas delas.

*Sempre foi muito presente na minha vida. A minha família é uma família interracial. Tenho um pai negro e uma mãe branca, mas a autoestima em relação a ser uma pessoa negra sempre foi prevalente. (Jenair).*

*Eram questões que eram vividas, né? Que eu vivia, que eu sentia, mas elas não tinham*

*nomes. Elas só eram vividas e sentidas, em relação ao meu processo mesmo de enquanto estudante, enquanto uma menina preta, pobre, interiorana, com cabelo crespo, com sobrepeso e... Era mais desafiador sentir a diferença dentro do espaço familiar mesmo, né? Porque minha mãe é uma mulher branca, eu tenho uma irmã que é branca, que de certa forma atende aos padrões, o ideal do padrão social, então era uma menina magra do cabelo liso da pele muito branca e era muito popular na escola e nos espaços, então eu sempre olhava para ela e me achava feia, me achava. (Ricarla).*

O processo racial dessas mulheres tem como algo diferencial o espaço sócio familiar e como essas questões são tratadas de formas singulares entre o que é ideal (do imaginário construído socialmente e dentro de um padrão) e o real, aquilo que se apresenta na realidade seja, por vezes, visto como semelhança; outras, visto como diferença. E como isso confronta e, por muitas vezes, converge com o que se é. “O contexto familiar é o lugar primeiro em que a ação constituinte do ideal do eu se desenrola. Depois, é a vida de rua, a escola, o trabalho, os espaços de lazer” (Neusa Santos Souza, 2021, p.68). Compartilho com elas a experiência de vir de uma família interracial, sou filha de mãe branca e pai negro, e aquilo que em casa parece ser diferente em relação a minha mãe era visto como semelhança em relação ao meu pai. Não tinha um processo de reflexão sobre o que essa semelhança tinha a me dizer de minha origem, história e afetos, o que eu vivenciava era a diferença gritante em relação a minha mãe e a inalcançável semelhança em relação a ela.

Neusa Santos Souza (2021) nos explica como o processo de construção de um eu é atravessado pelos processos ideológicos do racismo e o impacto disso em um conflito subjetivo nas pessoas negras; que “o ideal do eu é, portanto, uma instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-se à lei e à ordem. É o lugar do discurso” (p.64). É o que o sujeito busca constantemente ser e satisfazer e tudo que conflitua com isso, ou seja, que nos afaste desse objetivo é rechaçado, repulsado. Nessa sociedade, onde o racismo estrutura a dimensão ideológica, imaginária e simbólica das pessoas, a construção do ideal é pautada pela branquitude, que devemos pensar como um sistema que é formado por pessoas brancas, e que

diz de uma organização, hierarquização e relações de poder. Desde a construção do que é o Brasil, que teve como base econômica e social a escravização de pessoas negras, o ideal de humanidade se pauta pelo modelo moderno/colonial de sujeito.

O figurino é branco, em seus diversos matizes. Aqui, branco quer dizer aristocrata, elitista, letrado, bem-sucedido. Noutra momento, branco é rico, inteligente, poderoso. Sob quaisquer nuances, em qualquer circunstância, branco é o modelo a ser escolhido. escolha singular, fixada à revelia de quem apenas deve tal modelo configurar-se (Neusa Santos Souza, 2021, p.65).

Por isso a importância de uma contraposição a esse modelo ideal e a construção de si a partir de seu reflexo no espelho, que não distorça ao refletir sua diferença em relação ao outro branco. Mesmo que em casa se tenha modelos da semelhança, fora se é diferente. É necessário essa apropriação de si mesmo enquanto sujeito, pois fora, no mundo, as relações sociais são atravessadas pelo sistema de raça e, constantemente, se tem um bombardeio de introjeções sobre o que é referência e o que não é. O enfrentamento disso se dá a partir de um tornar-se a ser, compreendendo a estrutura que o racismo controla, forja e impõe as pessoas.

*Assim, de começo, sem ter muita consciência, apesar de saber que era negra, eu não sabia que cargas isso tinha. No sentido de que, pra mim, eu só era diferente. Dentro da minha família eu não tinha muitas diferenças em relação a eles, eu não perdia muito por isso. Mas na escola era diferente. Na escola eu perdia. [...] Sofri diversas violências na escola, onde professores me tratavam mal, e fui castigada injustamente, de eu ser proibida de entrar em sala de aula, diversas violências, mas eu não tinha noção que era por eu ser negra. Eu até questionava “mãe ela não gosta de mim?”. Minha mãe não tinha muito essa leitura racial de me sensibilizar pra isso, de me preparar. Ela me preparava como ela podia.”(Emanuelly).*

*Por meu pai não ser presente, todos os referenciais do que era negro, o que era voltado para ele, era ruim. Então, se eu tinha um defeito, “puxou seu pai”. [...] porque era tipo “aquele preto não presta”. Eu não sabia, eu sabia que eu era muito parecida com ele, mas eu ficava “Acho que nós somos diferentes porque aquele preto que não presta e eu estou tentando aqui prestar de alguma forma”. Então, os meus referenciais de pessoas pretas eram sempre coisas ruins. (Emanuelly)*

“O clarear não é só questão de pele, porque o negro é símbolo da miséria, de fome” (Neusa Santos Souza, 2021, p.67). Existe uma pluralidade em experienciar o processo de

racialização e a subjetivação dos modelos sociais a serem seguidos, por vezes com consciência da estrutura racista, por vezes não. Mas as pessoas negras sentem que algo a mais é exigido, como se a todo tempo existisse uma fuga de si e do outro, para que não seja olhado ou fixado nas imagens existentes. Se fizermos um exercício, um experimento com pessoas diversas, de fechar os olhos e perguntar: pense numa pessoa negra e depois o que vem? Com certeza, alguém trará os estereótipos racistas e se associar a pessoa negra a uma palavra, os lugares sociais que a estrutura racista direciona as pessoas negras também apareceram.

*E aí, teve muito disso, né? Eu falo que eu nunca tive um embranquecimento físico. Nunca alisei meu cabelo, nunca foi uma coisa que minha família tinha, até porque, apesar de serem brancos, todo mundo tinha o cabelo cacheado, mas todo mundo era alisado, menos eu. Então, mas de outras formas, eu fui embranquecida sim, no sentido de querer me afastar desse referencial que, até o que eu ouvia, era ruim. Eu não ia querer ser uma coisa que era ruim. (Emanuelly).*

*Acho que é bem doido assim, porque acho minha família praticamente é toda parda, né? Tenho um irmão que é mais escuro, acho que o único, inclusive. Isso aparece sem aparecer, porque, aí, você não vai ouvir algumas coisas tão explícitas desse racismo, né? De chamar de macaco, de tiziu, né? Essas coisas que a gente escuta tanto, mas a coisa do cabelo aparecia, então tem o apelido de cabelo de fogo, né? (Virgínia).*

Do particular para o coletivo, é assim que a questão racial atravessa a vida dessas mulheres e a minha também. Perceber-se diferente é algo que acontece desde sempre, os incômodos, desconfortos e violências que sofremos, nem sempre são nomeados.

Me identifico com cada uma dessas mulheres, compartilho de experiências semelhantes e distintas. Entretanto, percebemos como o processo de racialização dentro e fora de casa ocorre de maneiras distintas. Mas mesmo compreendendo as marcas das diferenças, seja de forma mais elaborada ou não, o racismo bate à porta e produz maneiras de estar no mundo. E, esse processo é tão doloroso que, por muitas vezes, paralisa. Existe uma complexidade em se ter o debate racial como central em nossa sociedade, e isso é fruto dos interesses dos grupos hegemônicos de manter o *status quo* racista. A análise das situações e dos fenômenos de violências sem fazer as intersecções fundamentais com raça, faz com que o

racismo estrutural de nossas vidas seja invisibilizado, contribuindo, assim, para a sua perpetuação. Estar em espaços coletivos com outras pessoas negras e compartilhar de nossas experiências fortalece e também promove outras formas de viver que não exclusivamente atravessadas pela violência racista.

*Então, tenho uma trajetória de militância já de longa data, desde os meus 15 anos que eu participo desde o movimento estudantil, até o movimento de mulheres negras. Hoje eu componho o coletivo As Carolinas, que é um coletivo de mulheres negras, e a rede de mulheres negras do Nordeste também. E quando eu entrei em psicologia, eu já tinha essa militância, eu já vinha de espaços de participação muito potentes. (Jenair)*

*[...] eu comecei a estudar sobre raça, sobre classe, sobre o gênero e ia tentando trazer isso para a perspectiva da abordagem sócio-histórica, e fui começando a andar, a fazer cursos, a buscar outras e outras pessoas dessas dessas autoras que eu fui tendo acesso e fui buscando saber quem era elas, e aí eu encontrava outras e outras. E aí eu fui encontrando Bell Hooks, encontrando Lélia Gonzalez. Fui encontrando outras pessoas dentro desse espaço da formação na abordagem sócio-histórica e eu encontrei outras pessoas pretas também. E eram espaços em que a gente tava construindo formação, né? Um espaço de ensino e aprendizagem. E aí, quando eu ouvi essas outras pessoas falar ou quando eu encontrei essas pessoas lá, eu entendi que eu não estava sozinha e que essas pessoas falavam sobre coisas que eu sentia, que eu vivia, e aí pronto, eu disse: “agora eu vou me juntar com esse povo.” (Ricarla)*

*Quando cheguei na Psicologia, fui para o centro acadêmico nessa ideia, de que eu havia sido diferente a vida toda, sem saber que era diferente. Levei vários sustos por ser diferente, por ser negra, e queria que as pessoas que viessem depois de mim não tivessem que passar por tantas dificuldades. Algumas irão passar, né, mas eu queria que fosse um movimento menos custoso. (Emanuelly)*

*Faço parte da ANPSINEP, que é um espaço que conseguiu acolher assim, muitas dessas demandas, que é do que eu tava dizendo né, acho que agora tô conseguindo encontrar esses espaços onde eu consigo sentir o conforto, eu consigo respirar assim, de aqui eu posso respirar, porque aqui eu tô pertencendo né, foi um espaço de pertencimento que eu consegui, depois desse processo todinho, desde que eu saí de casa, foi o espaço que me deu mais essa sensação. (Micaelly).*

Os espaços construídos promovem não só outra forma de estar no mundo como também de percebê-lo e agir em relação a ele. São relações construídas pelos afetos, semelhanças e cuidado. São espaços políticos que geram fortalecimento e isso é

revolucionário, pois, estamos falando de resistência a uma estrutura racista que a todo tempo busca manter a população negra adoecida, encarcerada, excluída e sujeita à manicomialização. Nesta lógica, as pessoas negras ainda precisam permanecer no espaço de mão-de-obra superexplorada.

Portanto, ter espaços negros coletivos é uma das formas de enfrentar essa estrutura racista, na luta para que a população negra esteja viva, e não apenas viva, mas fortalecida e com saúde para resistir. E isso inclui pensar nas condições materiais e subjetivas da população negra, incidindo politicamente e afetivamente, construindo espaços de aquilombamento e que possam também ser ferramentas de cuidado para a população negra, que produza saúde, cuidado, potencialidades e vida. Sejam eles, espaços acadêmicos, de articulação política, movimentos sociais, coletivos, de amizades, sociais e familiares.

Pensando nessa construção de caminhos possíveis de vida para a população negra e, aqui nesta pesquisa, mulheres negras, psicólogas de Natal precisamos também discutir o território. Que corpos são esses que ocupam esse território natalense? Como percebem a cidade?

Moro em uma região periférica da cidade, o bairro das Rocas, e no território que ocupo nunca me senti diferente. A questão racial nunca foi violenta para mim. Recordo de um episódio de quando criança, quando as meninas na fila para entrar na escola, que era no bairro, me questionaram se eu era adotada, pois minha mãe uma mulher branca não poderia ter uma filha preta como eu. Até então a angústia em, ao menos, cogitar ser adotada me corroía, pois até sabia que não parecia com a minha mãe, eu era a cara do meu pai, mas não entendia que a percepção daquelas crianças ao ver uma mulher branca segurando a mão de uma criança negra causava estranhamento e, por vezes, reprovação.

O meu processo de tornar-se negra veio na fase adulta e isso dividiu em duas a minha experiência na cidade: antes e depois de tornar-se negra. Antes, eu conseguia enxergar a

cidade e suas diferenças por outra ótica, via que existia e ainda existe, uma distância de certos territórios com o centro como também a dificuldade de acesso à cidade das moradoras e dos moradores desses espaços. O desconforto era existente e o comportamento obediente era muito presente. Ser negra era buscar o tempo todo um lugar de destaque, de aceitação e de distanciamento do imaginário racista, porém ainda dentro de uma lógica embranquecida. Envoltos dos estudos de psicologia, ainda na graduação, e no encontro dos estudos sobre gênero, raça e sexualidade, vou enxergando o movimento estrutural do racismo nas relações e aquilo que era sem nome agora passo a nomear e, a partir disso, percebi a cidade de outra maneira. E, com isso, a minha posição e atuação na psicologia também mudava. E eu me perguntava: como será que outras psicólogas negras percebem a cidade?

*Branca. Acho a cidade extremamente branca e, além disso, há a questão de não se enxergar como branca, o que considero mais grave. Parece que é pra ser assim. Vejo Natal com essa dificuldade mesmo, pois em todos os espaços, espaços culturais... Como quando cheguei aqui, não conhecia muito e aí eu comecei a fazer uma contagem: quantas pessoas negras eu via em diferentes lugares. [...] Porque eram lugares perto da UFRN. Eu ia num festival de música, eu contava. Então eu não sei se isso é o meu lugar de acesso, talvez pela zona sul onde moro aqui, e não ir para a zona norte ou para as periferias, que traz essa diferença. Mas, para mim, era muito gritante precisar atravessar uma ponte para ver pessoas parecidas comigo. Então, Natal, para mim, é bastante branca e, para piorar, não sabe o que é branco, o que dificulta. (Emanuelly).*

Essas mulheres compartilham a experiência de migrarem de outras cidades para Natal. Isso também faz com que a percepção da cidade seja diferente, mas o que essa diferença? Mesmo com dados que a maioria da população de Natal se autodeclara negra, o que Natal nos mostra é uma cidade embranquecida. E, o acesso a cidade que essas mulheres trazem em suas experiências, nos mostram isso.

*[...] então de início eu senti Natal como um lugar muito fechado, como posso dizer..., fechado em grupos mesmo. A principal diferença que eu senti vindo de Recife pra cá foi espaços culturais assim, que foi meu lugar de conforto e de existência assim mais interessante que mais me motivava lá em Recife, que era tá nesses espaços. (Micaelly).*

*E, bom, eu moro num bairro de classe média alta, então isso marca um território, que fala de uma Natal para mim, eu tava dando aula numa instituição particular muito grande, que, ao mesmo tempo, tinha uma variedade de alunos, tanto tinham estudante que vinha de uma mesma classe social muito baixa, mas também tinham os estudantes que eram de uma muito alta. Então eu comecei a experimentar algumas coisas ligadas ao racismo nessa vivência de sala de aula com essa instituição, e também do ponto de vista do espaço do trabalho. Então assim, eu tenho muito registro de Natal, durante muito tempo, ligado a esse espaço de trabalho. E aí não é bom, sabe, por mais que eu tenha boas relações, amigos, que eu construí lá, mas me dá um registro muito ruim da cidade, porque eu passava muito tempo lá. [...] mas tenho a impressão que muita coisa fica abafada por esse registro de uma classe média, média alta, que acaba ganhando mais visibilidade, né? Porque acessa a mais a cidade, em todo mundo nos espaços de circulação, porque tem poder para isso, então você tem impressão que só existem essas pessoas na cidade, quando eu sei que não é isso. (Virgínia).*

A dinâmica em Natal traz bem isso do que a Virgínia relatou, a diversidade que existe em Natal é “abafada”. É nítido o apagamento da história dos povos originários em nossa cidade e no estado também. É só refletirmos sobre a disposição geográfica dos territórios em Natal. Onde estão as periferias e os bairros populares, a dificuldade de acesso por causa de um sistema de transporte público precário e como isso produz o imaginário ou melhor, a ideia que se tem sobre a cidade. É só pegarmos novamente os dados do IBGE (2019) sobre raça/etnia em Natal: 55,7% da população natalense se autodeclara negra (10,1% preta e 45,6% parda). Se fizermos um estudo detalhado para identificar em quais territórios essas pessoas estão em sua maioria, condições de trabalho, escolaridade, acesso aos direitos básicos, faremos um retrato desta cidade. Vale ressaltar que não é o objetivo desta pesquisa fazer esse levantamento, mas não poderia deixar de fazer essa reflexão e até mesmo um questionamento, onde e como vive a população negra em Natal?

As diferenças fazem parte da construção de quem somos e também da forma como nos percebemos diante do outro. O racismo produz a percepção da diferença como algo ruim, negativo, violento, inconcebível. E o modo como subjetivamente as pessoas vão se relacionar com o mundo e com os outros. Olhar-se no espelho e perceber suas diferenças e semelhanças

e o que isso diz de sua origem, em um processo de reconhecimento de sua história e a apropriação dela escrevendo-a a partir de seu olhar negro é potente. Mas não podemos perder a dimensão material e concreta da vida que atravessa diretamente e cotidianamente a população negra brasileira.

Entretanto, compreendo que o caminho para o enfrentamento do racismo e os seus efeitos psicossociais na população negra não é único e é na possibilidade de uma pluralidade de estratégias de sobrevivência, vivência e existência que podemos traçar caminhos de cuidado em coletivo e/ou individual, visando os processos de saúde e potencialidades da população negra. Pensando pela perspectiva de cuidado em saúde mental da população negra, a clínica de psicologia pode ser um dos caminhos. Como já discutimos, o processo de encarnar, corporificar a ciência é fundamental, tornando insustentável uma psicologia “neutra”. A psicologia tem corpo, cor, gênero, sexualidade, classe e ela é viva.

Diante disso, como é ser uma psicóloga negra? Essa pergunta eu me faço desde o dia que decidi atuar na clínica. Durante a graduação, ser uma estudante negra em uma universidade privada já causava desconforto desde o início da matrícula. Era estranho me ver nesse espaço. Mãe, trabalhadora, aluna do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), negra, moradora do bairro das Rocas (bairro periférico de Natal), tinha um único objetivo que era me formar. Não foram anos fáceis, se manter na universidade é algo que também é atravessado pelas estruturas de raça e classe.

*Foi um tempo de sobrevivência, assim, eu acho que eu sobrevivi a graduação porque eu não tive o privilégio só de estudar, e eu precisava trabalhar e estudar. [...]Então foi um tempo de me achar incapaz, de achar que de estar sempre no movimento desigual, eu sempre era a última a chegar, sempre estava muito atrasada, sempre estava muito corrida, ou sempre estava com muito sono[...] (Ricarla).*

Porém, meu percurso no curso de psicologia mudou quando entro em contato com leituras que fugiam o rigor científico e se debatia a vida real. Isso acontecia nas aulas de psicologia social com a professora Rocelly Cunha. Incrível quando você se percebe para além

daquela que está produzindo ciência. Eu era, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da pesquisa. Mas nos aprofundamentos dos estudos e lendo outras mulheres como Lélia Gonzalez e Gloria Anzaldúa, é possível se ver e ser sujeita da pesquisa. Passo a caminhar sem a neutralidade científica e eurocêntrica, que tem como objetivo excluir pessoas do lugar de conhecimento, e isso abre o mundo de possibilidades para mim, uma psicóloga negra.

É impossível falar de racismo sem pensar em nossas próprias experiências, nas nossas dores e feridas. Como também é impossível não pensar nas trajetórias de homens e mulheres negros e negras que resistiram e resistem todos os dias a essa estrutura perversa e racista que vivemos. E isso é revolucionário.

*Eu penso que ser um psicóloga negra não é necessariamente ser psicóloga e ser negra, é como você implica no que você faz enquanto ciência, enquanto profissão, no seu olhar sobre a nitidez da estrutura de raça. Ser uma psicóloga negra é ter a noção de que a estrutura de raça atravessa quem você escuta, seja na clínica, ou o que você pesquisa, né, no caso dos sujeitos de pesquisa, e o que você produz sobre pesquisa, enfim todos os lugares, onde você tá. [...] então é, para mim, ser psicóloga negra, é isso ter no meu olhar o entendimento sobre a estrutura de raças sobre qualquer pessoa que não escute, não só as pessoas negras, porque as pessoas brancas também tem raça e elas também são atravessadas pelas relações sociais. (Jenair).*

*hoje eu já consigo olhar com um pouco mais de suavidade, porque eu fui me articulando mesmo dentro do processo de atender mulheres, psicólogas pretas, e encontrar outras pessoas e impulsionar elas a gente construir juntas, né, a gente entrar no mercado de trabalho, no espaço clínico juntas, porque antes eu me sentia muito sozinha[...] e aí eu fui me articulando para impulsionar outras mulheres negras psicólogas ocupar esse espaço clínico, então eu fui encontrando outras pessoas, outras psicólogas negras e apresentando para elas que existia um lugar de possibilidade, que esse lugar também era nosso. (Ricarla).*

Eu lembro que, no começo, quando eu terminei psicologia, eu não conseguia dizer sim, sou psicóloga. Quando via aquela “profissão”, eu pensava “estudante”. Depois fiquei pensando sobre essa minha dificuldade porque, apesar de sempre dentro da psicologia, de eu me enxergar muito, de gostar mesmo do que eu estudava, tem isso que parece um lugar superior.

*[...] a minha sensação é de que no geral as pessoas não esperam que a psicóloga tenha essa cara, que a psicóloga tenha esse cabelo e seja essa pessoa que a gente tá falando, tá vendo aqui, então é sempre como se tivesse que contar com isso pra tá nesse espaço [...] (Micaelly).*

*Eu lembro muito de uma vez que eu estava, eu era AT (acompanhante terapêutica). [...] Uma pessoa falou que ia vir a psicóloga e eu falei já tô aqui. Ela, constrangida, obviamente, falou: Você é psicóloga? Eu, sim. Eu lembro que eu ficava muito: esse corpo pode ser psicólogo? Porque é isso. Pode, só que não era o lugar. Aí eu lembro que ela ficou tão desconcentrada que ela falou: “mulher, porque você tem cara de professora”. Obviamente, eu sabia o que era porque eu já havia sido atravessada por isso (Emanuelly).*

A ideia de que a mulher negra ocupa sempre um lugar de subalternidade é atualizado constantemente pela branquitude para que as brechas e fissuras, que as mulheres negras fazem reiteradas vezes nessa estrutura, sejam fechadas. Como também nos mostra Ludmilla Lima, Fátima Lima e Luiza Oliveira, “uma mulher branca num consultório é apenas uma paciente. Já uma mulher negra é uma potencial empregada” (2022, p.73).

“Esse lugar”, termo construído no imaginário social a partir dos estereótipos racistas de que o negro já tem um lugar certo de estar, uma forma de ser, a história dele já está escrita e determinada. A subversão e rebeldia são as armas que as pessoas negras têm para o enfrentamento. E a todo tempo sempre vai ter algum racista nos apontando ou até mesmo nos fazendo questionar sobre o nosso lugar. Lélia Gonzalez, em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (2020), nos mostra brilhantemente as imagens da mulher negra construídas e os lugares que cada uma das imagens ocupa na sociedade.

*Mas eu acho que tem esse lugar de, às vezes, eu questionar: Será que eu sou psicóloga? Por isso parece que o ideal do psicólogo branco ainda tá meio que incrustado assim. E acho que fica por muito tempo. Agora será psicóloga em Natal... Não sei. Eu acho que eu me senti muito sozinha durante muito tempo. Tirando assim, as pessoas que eram mais próximas. Falar como é ser uma psicóloga negra, porque não tinha muito esse espaço. Tirando um amigo que era muito próximo de mim, foi um longo caminho de solidão. Mas hoje eu acho que com o ANPSINEP não é mais um lugar solitário. É um lugar de coletivizar, um lugar de se ver mesmo, onde o espelho não está mais distorcido. Eu já posso me ver do jeito que eu sou. Obviamente, de vez*

*em quando sou atravessada por não suportar os meus questionamentos, pelas minhas inseguranças, mas acho que hoje eu estou muito mais livre (Emanuelly).*

Emanuelly fala sobre a ANPSINEP como o seu quilombo e a importância da coletividade no seu processo de ser. Beatriz Nascimento (2021) nos ensina sobre a potência que existia e existe nos quilombos. Território de liberdade, coletividade, organização, acolhimento e resistência. Na atualidade, podemos encontrar os quilombos em forma de territórios existenciais, mas também em organizações, coletivos e movimentos sociais, políticos e culturais. Posso citar aqui as escolas samba, movimento negro, rede de amigos, família. “*Onde eu estou, eu sou*” nos diz Beatriz Nascimento.

A branquitude sabe toda a potencialidade e conhecimento que a população negra tem, e, assim como sugam nossa humanidade, ela também se utiliza de nossos conhecimentos quando lhe convém, mesmo que isso seja de maneira precarizada e desvalorizada. Por vezes, é em uma tentativa de autorizar a ocuparmos ou até mesmo fingir nos ouvir.

*E eu acho que eu sinto que é meio como se fôssemos bichos no zoológico. Por onde eles querem nos ver, aproveitar o que der, mas sem necessariamente transformar isso numa valorização efetiva. Tipo, você é chamado para vários trabalhos em novembro, muitos convites, muitas palestras. Todo mundo quer ver a psicóloga negra, mas efetivamente é uma desvalorização, acho. E eu acho que é o retrato da invisibilidade que a gente tem. Enfim, num geral é em Natal. Por ser branca, muito branca, reproduz isso como o mais comum cenário (Emanuelly).*

O processo e a experiência de ser uma psicóloga negra é uma experiência que ultrapassa as esferas profissional e individual. É necessário refletir como essa estrutura social racista e sexista se comporta ao deparar-se com essas profissionais. Em um movimento de descolonização e enfrentamento ao racismo, essas psicólogas são uma fissura no sistema e na lógica colonial no movimento de resistência dentro e fora da psicologia.

*Olhe, eu relutei muito a começar, a atender, por conta de temer um pouco isso, assim, como é que seria isso? Como é que seria se as pessoas me procurarem e se depararem comigo, né? com a imagem que eu tenho. Mas não sei explicar para você, eu não posso dizer que eu encontro barreiras, ou se eu encontro eu não as identifico. Porque eu comecei pelo plano de saúde. Então, não acho que alguém deixou de estar*

*necessariamente por causa disso: “Ah, não fui porque era uma pessoa negra”. Eu não consegui identificar sabe, se aconteceu passou batido, como muitas situações de racismo que eu já passei e eu não percebi. Ou eu só percebi muito depois (Virgínia).*

Mas, para construir uma clínica de psicologia descolonizada, antirracista e baseada em um projeto ético-político de sociedade, que rompa com os efeitos da colonialidade e o racismo estrutural, é necessário que tenhamos profissionais que atuem nesta perspectiva. E, neste caminho, é preciso também fazer uma análise deste campo de atuação profissional da psicologia.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa atuam neste campo profissional e é possível enxergar que a construção desse caminho também traz muitos desafios e, por muitas vezes, obstáculos, que refletem sobre o que a classe trabalhadora negra no Brasil enfrenta todos os dias. A clínica de psicologia tem espaços de atuação particular, clínicas de plano de saúde e no SUS. As psicólogas negras desta pesquisa atuam de maneira autônoma, com locação ou sublocação de consultórios, e isso requer investimentos financeiros que, no início da trajetória profissional para essas mulheres, despontam como um dos maiores desafios.

*Mas, por exemplo, eu não consegui montar a minha sala, né, ainda. Eu não sei se alguém teria mais facilidade para isso, né? Mas eu vejo algumas pessoas que têm facilidade porque tem um pai ou a mãe ali que chega junto, né? Se organiza e tal, vai lá. São coisas assim, que, aí, eu não sei se fala disso, eu acabo mesclando muito com a sala de aula. Então eu não tenho tanto horário disponível como eu gostaria de ter. a sala de aula ainda me segura porque é uma fonte de renda CLT. Então por mais que a clínica seja um lugar hoje que é uma fonte de renda importante, mas eu não consigo soltar a sala de aula, que paga bem menos, mas é um lugar que me dá algumas garantias de trabalho, que a clínica ainda não me oferece (Virgínia).*

*Foi uma angústia muito forte, porque eu sempre tive um pé atrás com a atuação clínica, de sempre me vinha assim um questionamento assim, de como é que você vai tá nesse espaço se nem você mesma consegue acessá-lo porque, no período em que eu iniciei esse processo, eu não conseguia acessar, não sentia que não conseguia acessar, financeiramente falando[...] (Micaelly).*

Ter outros vínculos de trabalho também é uma realidade. Eu mesma tenho outro vínculo de trabalho, onde eu ganho um salário fixo. E isso também implica em ter menos disponibilidade de agenda e tempo de estudos principalmente se, além de sua atuação profissional, você ainda está nos espaços acadêmicos.

*[...] Porque a clínica é aquele lugar que precariza muito o profissional. E tem toda a romantização: “Você é profissional autônomo.” “Você escolhe os horários que você trabalha.” “Você pode atender em todos os lugares.” Gente, não é assim. Às vezes, meu sonho é ser CLT, mas entendendo inclusive isso. [...] E eu digo sempre: estou longe da romantização da clínica. Para você ter um mínimo de renda, tem que atender no mínimo 30 pessoas no mês. 30 pessoas é 30 horários, relatos, burocracia. [...] Não é contabilizada as horas que a gente trabalha para além dos horários que tem que atender. E é muito trabalho (Emanuelly).*

A insegurança financeira também surge como um desafio para a atuação na clínica, desde o investimento mínimo necessário para atuação até o acesso, em termos de recursos financeiros, dos pacientes a esse espaço. E tudo isso é atravessado pelos privilégios de classe existentes em nossa sociedade. Desde a profissional que vai montar o seu espaço até o paciente que terá condições de acessar e manter esse serviço, não podemos perder a dimensão material concreta. Por mais que as profissionais tenham no seu fazer profissional a dimensão ético-política e social de sua atuação, elas também são trabalhadoras e é a partir de sua atuação profissional, seu trabalho, que elas são remuneradas.

*Mas às vezes eu penso que a gente vai precisar olhar para nossa precarização, para inclusive pensar na valorização das pessoas que a gente já tem. É aquela velha frase, não tem como você cuidar dos outros sem cuidar de você. Então, acho que a gente precisa primeiro construir esse caminho de cuidado e coletivização com nós, como psicólogos, para poder inclusive entender como é que faz isso com pacientes (Emanuelly).*

*Empreender na psicologia também não é simples, não é fácil. É toda uma questão que exige custos e é um serviço privado, e um dos limites é que você não consegue atender todas as pessoas que você gostaria de forma gratuita. Seria ótimo que a gente pudesse fazer isso, que a gente tivesse mais políticas públicas, que promovessem a saúde mental, da sociedade como um todo, mas muito especificamente da população negra, né? A gente já reivindica isso há um bom tempo (Jenair).*

*Eu acho que tem muitos limites, eles vão para um lugar de classe mesmo. Talvez um dos limites seja a nossa categoria, enquanto... Aqui no estado já tem o Conselho, é muito ativo em relação à preocupação mesmo com racismo, tem prática de enfrentamento mas o limite eu acredito que é esse lugar assim de... o acesso. O limite é o acesso. Muitas vezes a gente tem várias ideias, várias possibilidades, vários planos, mas eles não se efetivam porque o Conselho não sabe como é que um psicólogo preto pode pagar uma anuidade altíssima. E se ele ainda está se preocupando com o que ele tem que comer (Ricarla).*

Refletir sobre a realidade brasileira da população negra é importante, assim como dar cara e corpo a essa mesma população. E não pode ser diferente quando falamos da psicologia, enquanto ciência e profissão. Os dados do Censo Psi de 2022 nos mostram o retrato da psicologia brasileira em cada região e qual é o “perfil” dessas e desses profissionais. Em nosso estado de atuação, o RN, apenas 42% de profissionais que responderam ao Censo eram negras e negros. Isso também nos mostra sobre o acesso à informação. Em um país onde a população negra é maioria, em uma cidade onde esse número também é correspondente ao nacional, quais espaços a população negra tem ocupado? A experiência de raça é atravessada pela da classe. O racismo estrutural que estratifica socialmente a população negra e, por outro lado, privilegia uma classe, majoritariamente branca.

O caminho para uma profissional negra de psicologia não é fácil. Obviamente não é uma generalização e uma homogeneização da experiência negra. Mesmo compartilhando a experiência do racismo, pessoas negras vivenciam suas experiências de forma singular. Pois o contexto social, familiar, econômico e político irá promover realidades distintas. Entretanto, diante da realidade brasileira, que tem como sua formação social e estrutural o racismo, independente dessas situações, a pessoa negra no Brasil sofrerá com a violência racista, mesmo que de maneiras e intensidades diferentes. Trazendo para a realidade deste estudo, onde seis mulheres negras (cinco entrevistadas e uma entrevistadora) contam suas experiências e reescrevem suas narrativas, assim como, produzem práticas e conhecimentos em psicologia de forma descolonizada e antirracista, o processo formativo mostra a urgência

de não pensarmos somente em uma prática descolonizada, mas também nas estruturas de construção do conhecimento e de formação.

*E aí, eu comecei a estudar sobre raça, sobre classe, sobre o gênero e ia tentando trazer isso para a perspectiva da abordagem sócio-histórica, e fui começando a andar, a fazer cursos, a buscar outras e outras pessoas. Dessas...dessas autoras que eu fui tendo acesso e fui buscando saber quem era elas. E aí, eu encontrava outras e outras. E aí eu fui encontrando bell hooks, fui encontrando Lélia Gonzalez (Ricarla).*

*[...] então o movimento social me oportunizou reconhecer intelectuais negras muito potentes do Brasil, né, então me oportunizou a conhecer a Cida Bento, me oportunizou conhecer a Lélia Gonzalez, me oportunizou conhecer Luiza Bairros, enfim muitas autoras intelectuais negras brasileiras, só para citar as mais velhas[...]* (Jenair).

É desafiador buscar construir, no coletivo da profissão, uma prática descolonizada e antirracista, quando no processo formativo, através da grade curricular, ainda segue tão focado nas epistemologias europeias e do norte global, excluindo os saberes do sul global, dentre eles, os de África. E, em nossa realidade brasileira, nomes de referências, teóricas (os) e pesquisadoras(os) negras(os) na psicologia, psiquiatria e psicanálise, como Juliano Moreira, Neusa Santos Souza, Maria Lucia da Silva, Lélia Gonzalez, entre outras, que produziram conhecimento em uma perspectiva descolonizada não são incluídos na história da ciência e da psicologia brasileira. Por isso, é tão valioso e importante a construção de espaços que rompam com os muros da academia, espaços de produção de saberes e conhecimentos, debates e intervenções, espaços de reflexão, de aquilombamento e de construção coletiva para encontrar caminhos em busca da transformação social.

*Eu penso que, quando a gente vai fazer psicologia, a gente já tem algum entendimento racial anterior, a gente vai meio que completando o quebra-cabeça, sabe, me senti muitas vezes assim, faltava uma pecinha ali para entender aquele contexto. E compreendendo melhor o que a psicologia já fez e como ciência e profissão para a gente tá no lugar onde a gente tá. Aí eu conheci. Olha como faz sentido, né? Olha ali como a psicologia contribuiu para a gente ser olhado como um sujeito suspeito, né, na sociedade. Olha como esse contexto histórico aqui combina com a história da psicologia e produz um sentido para aquilo ali que aconteceu, então veio muito a somar (Jenair).*

*Acho que, apesar de Psicologia na UFRN ter um caráter extremamente social, isso me ajudou muito dentro do curso. A turma era muito questionadora, o que contribuiu para o desenvolvimento de um senso crítico. É um currículo diverso, mas muito branco. [...] Pra mim foi um absurdo porque eu só fui ler Lélia, Fanon, depois da faculdade. [...] Eu acho que é um curso que tem uma discussão um pouco mais ampla, mas, para mim, ainda não é suficiente. E acho que, para a nossa perspectiva de psicologia que deveríamos construir, também não é suficiente (Emanuelly).*

Mesmo com a produção de tantos estudos sobre as relações raciais e a psicologia, é possível perceber na fala das profissionais que a ciência eurocentrada ainda é hegemônica no campo da psicologia. Isso traz um impacto direto na formação e atuação profissional em psicologia. E esse processo epistemológico faz parte de toda a estrutura colonial/racista do sistema-mundo moderno. Construir outras perspectivas da psicologia também é construir outras perspectivas de sociedade. É fazer o enfrentamento às opressões e violências que são resultado da sociedade racista, sexista, classista e LGBTfóbica na qual vivemos. Por isso, juntamente com a necessidade de uma atuação descolonizada de cada profissional é necessário também descolonizar a ciência. Isso passa pela descolonização de quem está nos espaços de produção de ciência, de construções curriculares e de quem pensa e constrói a educação de forma macroestrutural em nosso país.

Diante de tantos desafios e limitações existentes na psicologia e no campo da clínica a pergunta retorna: é possível que a clínica de psicologia seja um espaço de aquilombamento e cuidado para a população negra? E, para que isso seja possível, precisamos também pensar sobre que projeto ético-político de psicologia é necessário construir.

*Um projeto em que a psicologia se importa e toma uma posição. Eu acho que a nossa ciência, ela tem sido baseada num discurso político neutro, em busca de uma determinada neutralidade, embora em muitos momentos históricos, ela teve guinadas a tomar parte em determinados processos que justificou em muitas desigualdades, a partir da própria visão da ciência. E o que eu acredito é que a gente pode ter um projeto político que busca pela transformação na sociedade, que é um projeto político revolucionário, a gente ainda tá muito distante disso, eu acredito (Jenair).*

É preciso pensar a realidade da sociedade brasileira e sua formação estrutural, que vai desde as instituições, os processos ideológicos, o direito e as relações sociais. É necessário o olhar interseccional para construir uma psicologia brasileira descolonizada e antirracista, e compreendo que, a partir de cada atuação profissional nos seus diversos campos e na produção de conhecimento que partam dessa perspectiva, isso também refletirá na macroestrutura social. Porque não é apenas pensar de dentro da psicologia para fora, como se fosse a psicologia a salvação para o enfrentamento ao racismo. Envolve também o movimento de olhar para fora da psicologia, para a realidade de nossa sociedade, e assim caminharmos para construirmos uma psicologia que seja mais uma ferramenta na luta de enfrentamento ao racismo e os seus efeitos na população negra.

É impossível pensar em uma psicologia contracolonial que não tenha seu entrelaçamento entre teoria-prática-política pois, fora disso tudo, é a manutenção do sistema atual colonial/racista/sexista (Santos, 2021). É necessário uma ciência que dialogue com outros campos de possibilidades de luta e superação, pois aqui estamos falando apenas sobre um dos diversos caminhos de cuidado em saúde mental para a população negra.

*[...] a psicologia que não medicalize. Uma psicologia que reconheça as estruturas de raça, de classe, de gênero. Uma psicologia que valorize as especificidades, no sentido de que a saúde mental da população negra importa. A saúde mental da população dos povos originários importa, né... de que é necessário ouvir os diferente de formas diferentes. E isso é equidade (Jenair).*

*pensar que a psicologia, ela não é suficiente. talvez talvez a ideia de uma psicologia com mais noção de si mesma, sabe? porque às vezes a gente quer dar resposta para tudo, aí não dá. tem hora que a gente tem que dialogar com outras áreas, conversar com outros saberes mesmo [...]. não tô falando nem de saber a acadêmico não, do saber das pessoas do lugar onde elas vêm... (Virgínia).*

A clínica de psicologia é um espaço que desloca a psicóloga desse lugar de poder/saber e se torna um espaço de construção coletiva, *psi-paciente*. Uma clínica de aquilombamento é também sobre vida, um espaço seguro de fala e escuta e, quando falamos

da população negra, é um espaço de reencontro de si e da sua história. Cada pessoa que chega ao espaço clínico e, diante disso, é importante ressaltar que ainda é um espaço de pouco acesso para a maioria da classe trabalhadora, traz em sua história também suas angústias e sofrimentos que são efeitos de reiteradas violências racistas vividas e que, por vezes, se cola a sua experiência vivenciada como algo inerente desse sujeito. O sofrimento é político, mesmo que suas formas de sentir e lidar com ele sejam singulares. A população negra sofre cotidianamente com as violências racistas, sejam elas indiretas e diretas, e o impacto disso na população negra geram adoecimentos e sofrimentos. Falar da saúde mental para a população negra é falar sobre políticas públicas e acesso a direitos; é falar sobre a perda dos nossos, morte física e simbólica; é questionar e enfrentar a lógica colonial de cuidado e romper com imaginários que trazem na pessoa negra a força extrema, destituindo dela sua humanidade. A população negra sofre, adocece, morre e necessita de práticas de cuidado em saúde, de maneira integral. E, nós, como profissionais de psicologia precisamos estarmos implicadas em nosso fazer profissional pelo combate a toda e qualquer tipo de discriminação e no enfrentamento e superação do racismo, como bem orienta o nosso Código de Ética.

*E depende sobretudo do profissional que olha e qual é o ponto de partida teórico que ele tem, de qual o entendimento de mundo [...] (Jenair).*

Mas até onde o campo da clínica de psicologia está realmente implicado com as questões de raça, classe, gênero e sexualidade? Nesta pesquisa, as psicólogas negras pensam sobre uma prática descolonizada e antirracista, mas é importante deixar *em negrito* que isso precisa ser pensado por todas e todos. Não pode e não deve ser de responsabilidade apenas das psicólogas e psicólogos negras e negros. Entretanto, partindo da minha experiência enquanto psicóloga e mulher negra, atuando na clínica, e pelo retrato de uma invisibilidade na psicologia de pessoas negras, que convidei essas mulheres negras e psicólogas, para estarmos juntas pensando sobre como essa nossa atuação na clínica de psicologia pode ser de construção por um espaço de aquilombamento e cuidado.

Temos a consciência que, como também já discutido anteriormente, o financeiro se coloca como um dos limites de acesso aos espaços clínicos de psicologia, seja para profissionais que estão iniciando, sejam pacientes. Por isso a importância de políticas públicas de saúde mental para que se tenha espaços de cuidado que rompam com a perspectiva manicomial e patologizante e promovam saúde. Mas, mesmo com esses obstáculos, para as pessoas negras que conseguem estar no espaço da clínica, vemos a importância de se ter uma perspectiva do quilombamento e que podemos construir a partir do que nos ensina Beatriz Nascimento (2021, p.142): “o quilombo é memória, é história, é o ser” [...]. Partindo disso, é possível construir o espaço da clínica em um lugar de quilombamento e de cuidado e esse “quilombamento da clínica é a sua descolonização” (Santos, 2021, p.131). O processo de descolonização também passa por um processo singular de tornar-se.

*[...] eu posso dizer rapidamente que o espaço da clínica vai se passando para cada pessoa negra num espaço seguro, onde ela pode ser o que ela não é fora desse espaço. Então, nesse espaço ela pode ser a pessoa que chora, a pessoa que, na verdade, é frágil. A pessoa que tem muitas inseguranças no futuro, no agora, a pessoa que questiona sobre os relacionamentos. A pessoa que não enxerga mais tanto sentido como via antes, em seus relacionamentos afetivos, de trabalho, acadêmicos, enfim, e fora desse espaço, talvez ela precise sustentar... Sustentar alguns pilares, sustentar algumas faces, sustentar algumas máscaras... (Jenair).*

Refletir sobre si e ter um momento em meio tantas tarefas e demandas cotidianas para sentir-se e falar sobre suas angústias, medos, anseios e desejos, se torna um privilégio nesta sociedade racista, capitalista e sexista. E ter esses momentos e um espaço seguro é muito custoso. Então, é aí que as condições materiais de vida também implicam diretamente nos processos de cuidado de si. E quando se consegue construir caminhos para se ter um lugar desta maneira, gera potência de vida.

*[...] esse espaço é um espaço seguro onde elas podem dizer o que elas não dizem fora, se emocionarem como elas não se emocionam fora, e ao fazer isso. E, ao se escutar em voz alta, elas conseguem refletir mais do que elas refletem fora daqui, porque fora do espaço clínico muitas vezes não há espaço. Inclusive, para o quilombamento. Aquilombar, muitas vezes, exige tempo, desejo e tomada de decisão, exige uma série*

*de questões. Mas as pessoas vão sentindo mais, suspirando mais a partir disso, e conseguindo nesse acolhimento aqui, conseguindo visualizar mais possibilidades que ela não visualizava antes. Pelo menos, até aqui, tem sido assim (Jenair).*

Quanto mais se lê, teoriza, reflete sobre o racismo, mas vamos sentindo o quão é cruel toda essa estrutura que até hoje se sustenta. A negação da humanidade da população negra é um dos traumas coloniais e que, nos tempos atuais, ainda percebemos a sua existência. Se tem um corpo e um território que se ocupa, mas no cotidiano somos engolidos por uma dinâmica capitalista sobre-humana. O tornar-se nos tira desse entorpecimento racista, nos permite sentir.

*Eu gosto de pensar que um fruto, assim da clínica principalmente para as pessoas negras, é uma coisa básica, mas elas se veem como pessoas. E, em pessoas no sentido mais amplo da coisa, não só de necessidades. De poder desejar, poder sentir (Emanuelly).*

Eu acredito que esse lugar de tornar-se na clínica é dual e a relação psicóloga-paciente vai construir espaços seguros para ambas. A dimensão que se tem sobre a experiência de ser negra pode trazer uma outra forma de estar na clínica. Isso é potente para as pessoas que estão nessa relação terapêutica. E esse encarnar também diz de uma relação ética com o paciente ali em questão. Uma clínica aquilombada é um lugar de potencialidades.

*[...] E o aquilombamento acontece, inclusive, na relação terapeuta-paciente. Na relação com seu terapeuta no espaço do aquilombamento também pode ser o próprio espaço da clínica (Jenair).*

*Eu penso muito, que eu acho que é um caminho, é estudar menos psicologia. Minhas referências na clínica - tem na psicologia, eu tenho uma base - mas é Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, é Beatriz Nascimento. A gente precisa estudar história, a gente precisa estudar literatura. A partir disso, também que se constrói uma clínica que é antirracista (Emanuelly).*

Construir uma clínica descolonizada e antirracista é construir lugar de vida. É ampliar seus saberes e também fazer um resgate ancestral. É necessário, independente de abordagem epistemológica que se oriente, ser gente. É preciso que sua teoria consiga estar entrelaçada

com sua prática e a política, em um caminho de transformação social. E, se nesse caminho as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade são negligenciadas, então a clínica será dentro de um viés moderno/colonial/racista/capitalista/sexista, e irá servir de manutenção e ajustamento das pessoas para ser funcionais a esse sistema. Não se posicionar não é uma opção.

*Construir ferramentas para lidar inúmeras vezes com situações de racismo, que eventualmente acontecem. De não sucumbir com situações de racismo, no sentido de tomar aquilo como: “é isso mesmo, eu sou esse, sei lá, por exemplo, eu sou esse fracasso, eu nunca vou conseguir”. Não é inverter para lógica do pensamento positivo, positividade tóxica, né? Basta querer, não. É entender onde a gente tá, as estruturas que estão associadas a nossa realidade, mas sem perder de vista que aquilo não necessariamente lhe define enquanto subjetividade. Eu não tô dizendo que vai, por exemplo, fazer com que alguém saia de uma situação de miséria sem que haja ações concretas para isso, né? “Basta pensar positivo”... Não é isso não, mas enquanto um local de produzir ferramentas para lidar com isso. Sim, eu acredito (Virgínia).*

Os espaços e ferramentas de enfrentamento ao racismo são diversos e necessários. A clínica, nesse cenário, é um caminho também de formulação de estratégias de enfrentamento e superação de algumas situações vivenciadas. Ampliar esse horizonte é fundamental, pois mesmo que de forma física a clínica de psicologia pareça com processos unicamente individuais, o trabalho que é realizado nesse espaço reflete no coletivo. E, nesse espaço de ser-um que se cria ferramentas para estar em coletivo. Não haverá receita pronta, manual a ser seguido ou quais práticas são eficientes e quais não são. A clínica de psicologia é dinâmica e isso a torna viva e cada encontro, sessão, atendimento, seja lá como você nomeia, é único. Mas tem algo que vai do individual ao coletivo que fortalece as pessoas e isso desemboca na luta. O que precisa existir é você se perguntar todos os dias: a minha atuação profissional contribuiu de maneira ética e política para o enfrentamento ao racismo ou é um instrumento de manutenção das estruturas existentes?

## 5. Considerações Finais

Aqui não pretendo com essas considerações encerrar o debate e, sim, que seja um ponto de partida. A pretensão sempre foi buscar o início das respostas para nossas inquietações enquanto profissionais negras que atuam na psicologia e os desafios que se apresentam. É fundamental termos em nosso horizonte que psicologia queremos e estamos construindo. E que o nosso projeto ético político seja como uma bússola para nos guiar.

Vimos que não fugimos da categoria de raça, nem se quiséssemos, mas o processo de compreensão do que isso significa é essencial para que possamos estar de forma afirmada no mundo. O problema do racismo não é nosso, da população negra, mas somos nós que sofremos a violência reiterada vezes, cotidianamente. Pois as relações raciais no Brasil são um processo complexo; que vai desde as estruturas sociais que organiza e divide a sociedade, seja por espaço, trabalho, moradia, até as instituições políticas, como direito à educação, saúde, família, religião. E os processos ideológicos e subjetivos, formando e mantendo o imaginário social do ser negro e ser branco no país.

Construir uma prática clínica na perspectiva do quilombamento e cuidado, passa por firmarmos um compromisso ético, científico e político na psicologia de maneira descolonizada e antirracista. Falar em psicologia enquanto ciência e profissão é falar sobre um compromisso com a nossa sociedade seguindo o que nos orienta a Resolução 018/2002 que define que profissionais da Psicologia devem atuar segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com seu conhecimento para refletir sobre o preconceito e para eliminar o racismo. Isso nos mostra que é fundamental e necessário uma implicação direta da psicologia no enfrentamento ao racismo, seja em todo e qualquer um de seus campos de conhecimento. “Historicamente, a psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que o legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias, inclusive por tornar padrão uma realidade

que não contempla a diversidade brasileira” (Conselho Federal de Psicologia, 2017, p.75).

É inadmissível que ainda ocorra processos de isenção de profissionais frente ao racismo ou que reproduzem e reforcem um pensamento de “neutralidade” em sua atuação. E isso é complexo, pois a psicologia brasileira ainda é branca e se a branquitude brasileira tem que compreender que no processo de racialização um dos efeitos foi a hierarquização de pessoas a partir de sua raça/cor, ou seja, branco também é raça e que carrega em si mesmo processos de privilégios.

Racializar-se é marcar a sua diferença diante do outro. “Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões de privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa” (Maria Aparecida Silva Bento, 2021, p.27). Para a branquitude é olhar-se como corpo também. É ver sua ancestralidade exploradora, racista e violenta. É olhar para si e ver que tudo é construído em uma farsa. Sair do padrão, da norma, é não ser referência. É conceber o outro, negro, como humano. E nessa complexidade, compreender a racialização não só para a pessoa negra é um giro de pensamento necessário para que se construam caminhos e instrumentos de luta e enfrentamento à estrutura racista.

Construir um pensamento acerca da clínica de psicologia descolonizada e antirracista, é pensar em condições de trabalho de profissionais negras e negros. É tirar da margem intelectuais que têm ao longo do tempo produzido conhecimento sobre a saúde mental e os efeitos psicossociais do racismo sobre a sociedade brasileira, lembrando de Lélia Gonzalez ao nomear de *neurose brasileira* toda a negação ao racismo estrutural e a criação do mito da democracia racial. Quando trazemos a perspectiva do aquilombamento e do cuidado, é no resgate de um caminho de potência e fortalecimento da pessoa diante do racismo e seus efeitos, que produzem sofrimentos e adoecimentos psíquicos. Uma clínica do aquilombamento é sobre cuidado, acolhimento e também ciência e prática profissional. “O

aquilombamento é uma reorientação ética a partir da perspectiva das marcas do dispositivo colonial-escravocrata que atravessam a todos nós” (Kwame Santos, 2021, p.131). E ter produções científicas acerca disso é essencial para a construção de pensamento. Por isso, a importância de profissionais negras e negros estarem ocupando os espaços da ciência. Assim como também estarem em espaços de formação política e o movimento organizativo, que são instrumentos de luta. E compreendemos isso a partir da história da organização social e política do movimento negro na luta contra o racismo e da importância das mulheres negras estarem nessas organizações, das profissionais e cientistas juntas a esses movimentos na construção de um projeto ético político de psicologia que tenha as relações raciais como base. Pois, não é possível pensar em subjetividade e saúde mental e a atuação da psicologia na sociedade sem a compreensão das relações raciais no Brasil. Não existe relação social sem atravessamento racial - toda relação é racial e a raça é estrutura central e fundante de nossa sociedade, de diversas formas e maneiras subjetivas e objetivas. E seja qual for o sujeito que se apresente em sua clínica de psicologia, todo discurso e narrativa terá o atravessamento dessas relações em seu processo de subjetivação.

A clínica de psicologia pode se tornar esse espaço de aquilombamento e cuidado para as pessoas negras. Também sendo um espaço de tratamento e cura para os sofrimentos e adoecimentos produzidos pelo racismo em seus processos de subjetivação. O vir a ser negra, o tornar-se sujeita de sua própria história é parte do processo de afirmação de si e de enfrentamento ao mundo objetivo existente. Pois, “numa sociedade multirracial, racista, de hegemonia branca, o ‘a posteriori’ se produz no momento em que o negro enfrenta peito a peito as condições concretas de opressão em que está imerso” (Neusa Santos Souza, 2021, p.69).

“O negro que elege o branco como ideal do ego engendra em si mesmo uma ferida narcísica, grave e dilacerante, que , como condição de cura, demanda ao negro a construção de um outro ideal do eu. Um novo ideal do eu que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva

a história. Um ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da história” (Neusa Santos Souza, 2021, p.77).

O espaço da clínica de psicologia descolonizada também se torna um lugar para construção de uma lógica de pensamento que traga o sofrimento em sua dimensão social e política, e que se efetiva e produz efeitos psicossociais nas pessoas negras. A partir das reflexões de Neusa, é possível ver os processos de sofrimentos e adoecimentos que partem dessa estrutura racista e do ideal branco, nos discursos ideológicos de uma hegemonia e superioridade vigente, na relação com esse outro branco posto no simbólico como caminho, a todo custo e a que custo. Nessa impossibilidade/sofrimento, o caminho é buscar por construir um novo ideal do eu que tenha uma proximidade com o eu real, que tenha sua cara e seu corpo, e não esteja sucumbindo a uma lógica branca, impossível, irrealizável e violenta.

Portanto, a tarefa da clínica não pode ser outra, senão a de construir o comum que toca o singular [...]. Aquilombamento é uma ética de construção de zonas temporais de passagem da singularidade, um lugar onde a diferença pode existir. Não se refere a um lugar topológico, muito menos ideal, mas de uma prática, uma pragmática de construção comum [...]. Nesse sentido, a clínica como território de escuta pode atuar nesse limiar, acolhendo os sufocamentos, proporcionando um mergulho de modo a intensificar a relação com o vital (Santos, 2021, p.132).

Um caminho do individual ao coletivo, do singular ao comum. É isso que uma clínica de psicologia descolonizada e antirracista precisa propor. Aqui, trago nas experiências compartilhadas, a possibilidade de atuar na perspectiva do aquilombamento, buscando ferramentas de cuidado em saúde mental que trate sobre a possibilidade da diferença não ser o que nos adoça. Um espaço que a diferença aproxima e também singulariza. Não existirá manual de instruções e receitas, mas produção de saberes que se tornam caminhos, para que a psicologia brasileira seja descolonizada e antirracista.

## 6. Referências Bibliográficas:

- Almeida, Sílvio Luiz de. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen.
- Angelou, Maya. (2020). *Poesia completa*. Tradução Lubi Prates. Bauru, SP: Astral Cultural.
- Anzaldúa, Gloria. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, 8(1), 229-236.
- Akotirene, Carla. (2018). *O que é interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando.
- Bento, Maria Aparecida Silva. (2014). *Branqueamento e branquitude no Brasil*. In Carone & M. A. Silva Bento, (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (6ª ed., pp.25-57). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Costa, Maria da Graça. (2023). *Meu corpo é meu território: mulheres em defesa do bem viver na cidade*. Rio de Janeiro: Ape’Ku.
- Carneiro, Sueli. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Collins, Patricia Hill. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias (1ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. CFP. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP. Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Psicologia brasileira na luta antirracista.
- Conselho Federal de Psicologia (2020). *Saúde Mental da População Negra: um olhar para uma psicologia antirracista*. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/saude-mental-da-populacao-negra-um-olhar-para-uma-psicologia-an-tirracista/>
- Conselho Federal de Psicologia (2022). *Psicologia brasileira na luta antirracista : Prêmio Profissional Virgínia Bicudo*. (volume 1). Brasília: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia (2022). *Psicologia brasileira na luta antirracista : Prêmio Profissional Virgínia Bicudo*. (volume 2). Brasília: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha (2ª ed). Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, R., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2021). *Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq*. *Saúde Debate*, 45, 83-97. doi: 10.1590/0103-11042021E107

- Duarte, Marco José de Oliveira.(2021). Racismo, subjetivação e saúde mental: contribuições para a reforma psiquiátrica antimanicomial. In E.C.David, R.G.Passos, D.M.Faustino & J.S.C.Tavares, (Orgs.), *Racismo, subjetividade e saúde mental: o pioneirismo negro* (1ª ed., pp. 21-34). São Paulo: Hucitec; Porto Alegre,RS: Grupo de pesquisa Egbé, projeto canela preta.
- Fanon, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador, BA: EDUFBA.
- Gonçalves, Bruno Simões. (2016). *A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada*. *Psicologia Política*, 16(37), 397-413.
- Gonzalez, Lélia. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In F. Rios, & M. Lima, (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano : ensaios, intervenções e diálogos* (1ª ed., pp. 75-93). Rio de Janeiro : Zahar.
- Gonzalez, Lélia. (2020). A mulher negra no Brasil. In F. Rios, & M. Lima, (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (1ª ed., pp. 158-170). Rio de Janeiro : Zahar.
- Gonzalez, Lélia. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. In F. Rios, & M. Lima, (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano : ensaios, intervenções e diálogos* (1ª ed., pp. 139-150). Rio de Janeiro : Zahar.
- Gonzaga, P.R.B. (2022): Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para construção de práticas e conhecimentos antirracistas em psicologia. In *Conselho Federal de Psicologia (Brasil), Psicologia brasileira na luta antirracista* 1 (1), 155-182. Brasília: CFP.
- Gouveia, Marizete & Zanello, Valeska. (2018). *Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos*. *Psicologia: ciência e profissão*, 38(3), 1-15. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>
- Gouveia, Marizete & Zanello, Valeska. (2019). *Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras*. *Psicologia em Estudo*, 24, 1-15. doi: 10.4025/psicoestud.v24i0.42738
- Grosfoguel, Ramón. (2016). *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012-2019*. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Recuperado de: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.htm> l
- Kilomba, Grada. (2019). *Memórias de uma plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira (1ª ed). Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lima, L.L.A., Lima, F., & Oliveira, L.R. (2022). Mulheres negras, subjetivação e trauma colonial: bem viver e futuridade. *Revista da ABPN*, 14, 60-77. doi: 10.31418/2177-2770.2021.v13.c3.p60-77.

- Lino, T. R. (2019). *Psicólogas, Cientistas e Feministas: a produção de si e de uma ciência psicológica posicionada* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Recuperado de: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30945/1/Lino%2C%20Tayane.%20Tese.20%20Psic%C3%B3logas%2C%20Cientistas%20e%20Feministas\\_2019.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30945/1/Lino%2C%20Tayane.%20Tese.20%20Psic%C3%B3logas%2C%20Cientistas%20e%20Feministas_2019.pdf)
- Lorde, A. (2020). *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges (1ª ed). Belo Horizonte: Autêntica.
- Lugones, Maria. (2014). *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos feministas, 22(3), 935-952. Florianópolis.
- Malito, D.M.D.F. (2022). Psicologia e práticas de cuidado em saúde mental: contranarrativas de uma perspectiva racializada. In: Conselho Federal de Psicologia (Brasil), *Psicologia brasileira na luta antirracista*, 2 (1), 201-221. Brasília: CFP.
- Menezes, J. A., Lins, S.S., & Sampaio, J. V. (2019). *Provocações pós-coloniais à formação em psicologia*. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-9. doi:10.1590/1807-0310/2019v31191231.
- Miranda, D. W., & Félix-Silva, A. V. (2022). As subjetividades periféricas e os impasses para a descolonização da clínica psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42 (n.spe), 1-12. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264143>
- Messeder, S. A. (2020). A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In H. B. Hollanda. *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decolonias* (pp. 154-171). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Munanga, Kabengele. (2017). *As ambiguidades do racismo à brasileira*. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil* (1ª., pp. 33-44). São Paulo: Perspectiva.
- Nascimento, Beatriz. (2021). *Uma história feita com por mão negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nogueira, Isildinha Baptista. (2019). *Do Olhar do Outro à Sublimação de se Constituir Negro*. In: I Simpósio Bienal SBPSP – O Mesmo, O Outro. Anais (p. 362-374 ). São Paulo: Blucher.
- Passos, R.G. (2023). *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão* (1ª ed). São Paulo: Hucitec.
- Quijano, Aníbal. (2005). Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In Edgardo Lander. *A Colonialidade do Saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas* (pp.117-142). Argentina: CLACSO. Recuperado de: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624090901/colonialidade.pdf>.12
- Resolução nº18. (2002, 19 de dezembro). *Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Santos, K.Y.P. (2021). Colonialidade e processos de subjetivação: aquilombamento e clínica. In E. C. David & G. Assuar (Orgs). *A psicanálise na encruzilhada: desafios e*

*paradoxos perante o racismo no Brasil*. (1ª ed). (pp. 117-135). São Paulo: Hucitec.

Silva, M. L. (2017) Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil* (1ª., pp. 71-89). São Paulo: Perspectiva.

Souza, N.S. (2021). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1ª ed). Rio de Janeiro: Zahar.

Tavares, J.S.C., & Kuratani, S.M.A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. *Psicologia: ciência e profissão*, 39 (184764), 1-13. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>.

Tavares, J. S. C., & Trad, L. A. B. (2021). Racismo e saúde mental: Subsídios para uma clínica socialmente contextualizada. In I. R. Barbosa, K. M. Aiquoc, & T. A. Souza (Orgs.), *Raça e saúde: Múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil* (pp. 169-180). EDUFRRN.

Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma psicologia preta. *Fractal: Revista de psicologia - Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas*, 37(esp.), 244-248. Recuperado de: [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v3li\\_esp/29000](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v3li_esp/29000).

Veiga, L. M. (2021). *Clínica do impossível: Linhas de fuga e de cura*. Rio de Janeiro: Telha.